



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CAMPUS DE ALEGRE**

SANDRO JOSÉ ABREU RODRIGUES

Sob orientação da Professora

Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica

2020

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/ Seção de Processamento Técnico**

**Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R696a RODRIGUES, SANDRO JOSÉ ABREU , 1969-
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERCEPÇÃO DOS
DISCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS DE ALEGRE/
SANDRO JOSÉ ABREU RODRIGUES. - SEROPÉDICA, 2020.
77 f.: il.

Orientadora: Sílvia Maria Melo Gonçalves.
Dissertação (Mestrado). - Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2020.

1. Educação superior. 2. permanência. 3.
políticas públicas. 4. vulnerabilidade
socioeconômica. I. Gonçalves, Sílvia Maria Melo ,
1955-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)- Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTº DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 73 / 2020 - DeptPO
(12.28.01.00.00.00.23)

Nº do Protocolo: 23083.061295/2020-75

Seropédica-RJ, 19 de novembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA - PPGEA
SANDRO JOSÉ ABREU RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA, Área de Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19 de novembro de 2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

SÍLVIA MARIA MELO GONCALVES. Dr^a. UFRRJ
(Orientadora)

ALLAN ROCHA DAMASCENO. Dr. UFRRJ

ADRIANA VASCONCELOS DA SILVA BERNARDINO. Dr^a. UV

(Assinado digitalmente em 19/11/2020 17:18)
ALLAN ROCHA DAMASCENO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 2572431

(Assinado digitalmente em 19/11/2020 1
SÍLVIA MARIA MELO GONCALVES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)
Matrícula: 1043457

(Assinado digitalmente em 19/11/2020 18:26)
ADRIANA VASCONCELOS DA SILVA BERNARDINO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 007.350.737-75

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **73**, ano:
2020, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão:
19/11/2020 e o código de verificação: **d35eeb8127**

DEDICATÓRIA

Para meus pais José e Lourdes, exemplos de amor e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me iluminar e ser um alento nos momentos difíceis de nossas vidas.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e aos professores, técnicos administrativos e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA.

Ao Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes, por oportunizar a qualificação profissional de seus servidores.

À minha orientadora, Professora Doutora Silvia Maria Melo Gonçalves, pela confiança, paciência e orientações valiosas, prestadas durante a construção deste trabalho.

Aos Professores Doutores membros da banca examinadora, por suas importantes contribuições.

À Senhora Maria Valdete Santos Tannure, Diretora-Geral do Ifes - campus de Alegre, por seu incentivo.

Aos colegas Marcos Benevenuto e Wilmar Curti, pelo suporte durante a aplicação dos questionários.

Aos colegas da Turma 2018-1 do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA, pela troca de experiências durante esse processo.

Aos discentes dos cursos de Graduação do Ifes - campus de Alegre, pela cooperação. Vocês foram a motivação desta pesquisa.

À minha querida esposa, Aparecida Madella, por me fazer acreditar e mostrar que posso ir além do que imagino. Seu amor, amizade, companheirismo e compreensão tomaram este trabalho possível. Meu eterno amor.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos a minha gratidão!

RESUMO

RODRIGUES, Sandro José Abreu. **Assistência Estudantil: Percepção dos discentes dos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo - campus de Alegre.** 2020. 77 f. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2020.

Objetivou-se avaliar a percepção dos discentes de graduação beneficiários pelos programas de assistência estudantil do Ifes campus de Alegre, bem como o impacto de tais programas em suas vidas acadêmicas. Participaram da pesquisa os discentes maiores de 18 anos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharel em Ciências Biológicas, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnólogo em Cafeicultura e Engenharia de Aquicultura, beneficiários dos programas de auxílio moradia, transporte e alimentação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratória, cujos instrumentos de coleta de dados foram questionários e análise documental. O perfil socioeconômico foi construído a partir da análise das entrevistas sociais referentes ao processo seletivo para concessão de Programas de Atenção Primária de 2019. A coleta de dados das percepções foi obtida através de questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo utilizada para estudo a Análise de Conteúdo de Bardin. Além de identificar alguns aspectos sociais, os resultados demonstraram que os programas de assistência estudantil desenvolvidos pelo campus vêm atendendo as necessidades básicas dos discentes, promovendo melhorias das condições econômicas e sociais, incentivando os estudos e contribuindo de forma significativa para a permanência na graduação. Contudo, ficou evidente no relato de alguns participantes quanto à necessidade de melhorias em alguns aspectos do programa, tais como reajuste nos valores dos auxílios e ampliação do número de discentes atendidos, enquanto outros sugeriram a oferta de residência universitária como alternativa ao auxílio moradia. Apesar de estarem inseridos em um programa que busca minimizar as desigualdades na educação, a fração majoritária dos participantes compreende a oferta dos programas como ajuda ou “boa ação” do campus aos mais carentes, aparentando desconhecer sua condição enquanto direito. Ao avaliar as críticas feitas ao programa, percebe-se que muitas se devem à exclusão dos discentes do processo de construção do Programa de Assistência Estudantil do Ifes. Portanto, é essencial que os mesmos não fiquem restritos à condição de assistidos, mas atuantes na consolidação de uma assistência estudantil justa e inclusiva, com o envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Educação superior; permanência; políticas públicas; vulnerabilidade socioeconômica

ABSTRACT

RODRIGUES, Sandro José Abreu. **Student Assistance: Perception of undergraduate students at the Instituto Federal do Espírito Santo - campus de Alegre.** 2020. 77p (Master's Dissertation). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

The aim of this study was to evaluate the perception of beneficiary undergraduate students through student assistance programs at Ifes campus de Alegre, as well as the impact of such programs on their academic lives. Participants in the research were students over 18 years of age in the Licentiate in Biological Sciences, Bachelor in Biological Sciences, Technologist in Systems Analysis and Development, Technologist in Coffee and Aquaculture Engineering, beneficiaries of housing, transportation and food aid programs. This is a qualitative and exploratory research, whose data collection instruments were questionnaires and documentary analysis. The socioeconomic profile has been built from the analysis of social interviews related to the selection process for the granting of Primary Care Programs in 2019. The collection of data on perceptions was obtained through a questionnaire with open and closed questions, being used the Study Analysis of Bardin content. In addition to identifying some social aspects, the results demonstrated that the student assistance programs developed by the campus have been meeting the basic needs of students, promoting improvements in economic and social conditions, encouraging studies and contributing significantly to the permanence in graduation. However, it was evident in the report of some participants to the necessity for improvements in some aspects of the program, such as readjustment in the amounts of aid and expansion of the number of students served, while others suggested the offer of university residence as an alternative to housing assistance. Although they are part of a program that seeks to minimize inequalities in education, the majority of participants understand the offer of the programs as help or "good deed" of the campus to the most vulnerable, appearing to be unaware of their condition as a right. When evaluating the criticisms made to the program, one notices that many of them are due to the exclusion of the students from the process of building the Ifes Student Assistance Program. Therefore, it is essential that they are not restricted to the condition of assisted students, but are active in the consolidation of fair and inclusive student assistance, with the involvement of the entire academic community.

Keywords: Higher education; permanence; public policy; socioeconomic vulnerability

LISTA DE ABREVIACOES E SMBOLOS

AE	Assistência Estudantil
Andifes	Associao Nacional dos Dirigentes das Instituices Federais de Ensino Superior
AQUI	Engenharia de Aquicultura
BCB	Bacharel em Ciências Biológicas
CAFÉ	Tecnólogo em Cafeicultura
CAPES	Coordenao de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAIE	Centro de Ciências Agrárias e Engenharias
Cefet-ES	Centro Federal de Educao Tecnológica do Espírito Santo
Cefor	Centro de Referência em Farmao e em Educao a Distância Comitê de
CEP	tica em Pesquisa com os Seres Humanos
CNCT	Cadastro Nacional de Cursos Técnicos
DAE	Departamento de Assistência Estudantil
Fonaprace	Fórum Nacional de Pr-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
EAFA	Escola Agrotécnica Federal de Alegre
EAFCol	Escola Agrotécnica Federal de Colatina
EAFST	Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa
FAFIA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre
FIAE	Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil
IDEB	ndice de Desenvolvimento da Educao Básica
IES	Instituices de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFES	Instituices Federais de Ensino Superior
Ifes	Instituto Federal do Espírito Santo
IFPA	Instituto Federal de Educao, Ciência e Tecnologia do Pará
IGP-M	ndice Geral de Preços do Mercado
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Ansio Teixeira ndice
INPC	Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	ndice de Preços ao Consumidor Amplo
LCBIO	Licenciatura em Ciências Biológicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual

MEC	Ministério da Educação
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Reuni	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAS	Statistical Analysis System
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
TADS	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRP	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNE	União Nacional dos Estudantes
Uned's	Unidades de Ensino Descentralizadas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cronologia dos Institutos Federais	6
Figura 2 - Áreas estratégicas da Assistência Estudantil	12
Figura 3 - Localização geográfica dos campi do Ifes no estado do Espírito Santo	20
Figura 4 - Imagem aérea do prédio principal do Ifes - campus de Alegre	21
Figura 5 - Área experimental do curso de Engenharia de Aquicultura	22
Figura 6 - Imagem aérea do prédio do ensino superior.	23
Figura 7 - Desenvolvimento de uma Análise de Conteúdo	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Dissertações sobre Assistência Estudantil no período de 2016 a 2018..13

Quadro 2 - Principais Artigos sobre Assistência Estudantil no período de 2015 a 2018 16

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Projeção de financiamento para o PAE do Ifes e execução financeira no período de 2015 a 2019 (valores em milhões de reais)	25
Gráfico 2 - Volume de recursos disponibilizados para financiamento dos programas de Assistência Estudantil do campus (2015 a 2019)	27
Gráfico 3 - Distribuição dos auxílios por cursos de graduação	32
Gráfico 4 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Sexo, (B) Sexo e Cursos e (C) Sexo e Renda	33
Gráfico 5 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Faixa etária, (B) Faixa etária e Cursos	34
Gráfico 6 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Provedor familiar, (B) Grupo familiar e (C) Dependência financeira e Cursos	34
Gráfico 7 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Renda, (B) Renda e Cursos e (C) Trajetória escolar	36
Gráfico 8 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Trabalho, (B) Atividade acadêmica remunerada, (C) Trabalho e Curso e (D) Atividade acadêmica remunerada e Curso	36
Gráfico 9 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Distribuição regional, (B) Situação de moradia e (C) Transporte utilizado	37
Gráfico 10 - Participantes da pesquisa e Auxílios: Nenhum, M (moradia), T (transporte), A (alimentação), M+T (moradia e transporte), M+A (moradia e alimentação), T+A (transporte e alimentação) e M+T+A (moradia, transporte e alimentação)	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de vagas dos auxílios moradia, transporte, alimentação no período de 2015 a 2019	26
Tabela 2 - Número de discentes inscritos para o programa e quantitativo de vagas disponibilizadas no ano 2019.....	32
Tabela 3 - Distribuição dos participantes por faixa etária	38
Tabela 4 - Respostas surgidas da pergunta: Você conhece o Decreto (7.234/2010) que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Brasil?	39
Tabela 5 - Respostas surgidas da pergunta: Você conhece a Resolução do Conselho Superior (19/2011), que regulamenta a Assistência Estudantil no âmbito do Ifes?	40
Tabela 6 - Categorias surgidas da pergunta: Em sua opinião, qual é o objetivo do Programa de Assistência Estudantil desenvolvido no campus de Alegre?	41
Tabela 7 - Respostas surgidas da pergunta: Considerando as opções abaixo, que conceito você atribui ao Programa ofertado pelo campus de Alegre?	41
Tabela 8 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: O(s) benefício(s) que você recebeu contribuíram para que você tivesse um desempenho acadêmico satisfatório? Por quê?	42
Tabela 9 - Respostas surgidas da pergunta: Como ficou o seu desempenho acadêmico após seu ingresso no programa de assistência estudantil?	43
Tabela 10 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: O(s) benefício(s) que você recebeu contribuíram para sua permanência no curso? Por quê?	44
Tabela 11 - Respostas surgidas da pergunta: Se você não estivesse no programa, teria saído do curso?	45
Tabela 12 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: Os valores dos auxílios ofertados são suficientes para atender satisfatoriamente as suas despesas com moradia e transporte? Por quê?.....	46
Tabela 13 - Respostas surgidas da pergunta: O pagamento dos benefícios é realizado dentro dos prazos que atendam seus compromissos?	47
Tabela 14 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: O meio utilizado para efetuar o pagamento é o mais adequado para sua realidade? Por quê?	47
Tabela 15 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: Você acredita que se não atendesse as normas do edital como frequência, rendimento escolar e disciplina, você seria excluído do programa? Por quê?	48
Tabela 16 - Respostas surgidas da pergunta: Você preferiria que o auxílio-moradia fosse substituído pela oferta de residência universitária (alojamento)?	49
Tabela 17 - Respostas surgidas da pergunta: Você considera eficiente a forma como os recursos destinados à assistência estudantil é aplicada no campus de Alegre?	50
Tabela 18 - Categorias surgidas das sugestões e críticas dos participantes sobre o programa de assistência estudantil do campus de Alegre	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	3
2.1	Objetivo Geral	3
2.2	Objetivos Específicos	3
3	HISTORICO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	4
4	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL A PARTIR DOS CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS	7
4.1	Ações oriundas da assistência estudantil	10
4.2	Alguns estudos recentes sobre AE na percepção dos discentes	12
5	HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	19
5.1	Histórico do campus de Alegre	20
5.2	A Política de Assistência Estudantil no Ifes	23
5.3	Programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre	25
6	MÉTODO	28
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
7.1	Perfil socioeconômico dos discentes de graduação beneficiários do programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre	31
7.2	Percepção dos discentes de graduação beneficiários do programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre	38
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
9	REFERENCIAS	57
10	APÊNDICES	65
	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	66
	Apêndice B – Questionário	69
11	ANEXOS	73
	Anexo A – Carta de Anuência	74
	Anexo B – Parecer do Comitê de Ética	75

APRESENTAÇÃO

Fazer um Mestrado sempre me pareceu uma conquista improvável, algo distante da minha realidade.

Quando jovens, certas escolhas que fazemos são o reflexo de referências à nossa volta. Desse modo, por algum tempo fazer uma graduação não me pareceu tão necessário.

Depois que concluí o ensino médio, me senti compelido a contribuir com as despesas de minha família, não que isso me fosse exigido, mas percebi que era meu dever. Esse pensamento levou-me a buscar meu primeiro emprego.

Sendo minha cidade um lugar com poucas oportunidades para crescimento profissional e salários pouco atrativos decidi, assim como muitos, tentar uma carreira no serviço público.

Após um breve período trabalhando em uma Autarquia de meu município, ingressei no Ifes campus de Alegre em 1995, quando ainda era Escola Agrotécnica.

Desde então venho atuando junto ao departamento financeiro do campus, onde tenho acompanhado juntamente às trocas de governo, os avanços e retrocessos dos investimentos na educação.

Retomando meus estudos, tive a oportunidade de me graduar em Administração e posteriormente uma pós-graduação em Gestão Pública.

Minhas atividades no Ifes permitem que eu tenha acesso a todos os processos de pagamento efetuados pelo campus de Alegre, inclusive os benefícios assistenciais concedidos aos discentes, dentre eles os da Assistência Estudantil.

A partir do contato recorrente com os discentes que buscavam informações sobre os benefícios, surgiu-me o interesse em investigar alguns aspectos do programa em suas vidas acadêmicas.

Através de uma parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Instituto Federal do Espírito Santo, surgiu a oportunidade de participar de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Assim, com um pré-projeto em mãos me inscrevi, em 2018, para uma das 30 vagas do Mestrado em Educação Agrícola, disponibilizadas pela UFRRJ/PPGEA para todos os campi do Ifes.

Durante a fase de entrevistas do programa, fui questionado por aquela que viria a ser minha orientadora, sobretudo por minha intenção de analisar a eficiência no uso dos recursos do programa de Assistência Estudantil e sua relação com a taxa de sucesso na graduação.

Feitas as considerações e críticas à minha proposta, a Professora Silvia Maria Melo Gonçalves sugeriu que meu estudo poderia investigar a percepção dos discentes sobre os programas de Assistência Estudantil ofertados em minha Instituição.

Com meu ingresso no programa e início do desenvolvimento da pesquisa, pude perceber o qual relevante seria escutar os discentes. Os resultados evidenciaram que a Assistência Estudantil é uma política pública necessária contra as desigualdades na educação, sobretudo ao promover condições de permanência. Apesar dos avanços, ainda há muito para ser feito.

Compreender um tema de extrema relevância a partir de uma perspectiva fora de minha área de atuação foi um grande desafio. No entanto, por todas as experiências e aprendizados adquiridos ao longo desses dois anos, percebo que todas as dificuldades valeram à pena.

A você Professora Silvia, por acreditar e me orientar nessa jornada, minha gratidão.

INTRODUÇÃO

Os programas de acesso à educação superior, assim como o programa de assistência estudantil, têm, em sua essência, a igualdade de oportunidades para os estudantes, de forma a promover sua efetiva permanência no universo acadêmico. Portanto, o processo de democratização do ensino não deve estar limitado a uma maior oferta de vagas, mas, principalmente, em proporcionar condições de permanência para aqueles que ingressarem.

A Assistência Estudantil, como parte das políticas públicas, pode ser definida como "um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida" (FONAPRACE, 2012, p.63).

Os programas de assistência estudantil são, atualmente, desenvolvidos em quase todas as IFES e incorporam ações como: alimentação, transporte, moradia, assistência à saúde, creche, acessibilidade e apoio pedagógico. O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias (SILVA, 2009).

Entende-se que a assistência ao estudante é uma política que implica na criação de mecanismos de universalização e de inclusão social, assim como permite subsidiar a democratização do acesso e permanência do aluno de classes sociais distintas no espaço estudantil. Trata-se de um instrumento de garantia dos direitos de cidadania (BRANDÃO SOBRINHO, 2012).

Segundo dados do MEC, o número de alunos que evadem do sistema de ensino federal é substancial, sendo a condição socioeconômica um dos fatores elencados como causadores dessa triste realidade. Justamente no sentido de intervir nesse cenário, surge o programa de assistência estudantil, o qual deverá converter-se em um conjunto de ações que possibilitem a integração acadêmica, científica e social do aluno, incentivando-o ao exercício pleno da cidadania e promovendo seu êxito acadêmico. Para tanto, aproximar-se do cotidiano do estudante em situação de vulnerabilidade é essencial, pois é nele que os riscos de insucesso escolar se constituem e se manifestam de maneira mais definitiva (FARO, 2008).

As condições de moradia, alimentação e transporte são fatores importantes para a permanência no curso (MOROSINI et al., 2011). A assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, assim, o percentual de abandono e trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010).

Mediante as situações acima descritas, percebe-se a importância da assistência estudantil para os cursos de graduação, o que vai ao encontro das necessidades socioeconômicas dos beneficiários.

Dessa forma, foram feitos os seguintes questionamentos: os discentes do campus de Alegre tem a percepção da importância dos programas de AE?; a assistência estudantil efetivamente contribui para a permanência dos discentes nos cursos de graduação?

Vários estudos evidenciaram que a AE precisa abarcar ações que atendam os estudantes que dela necessitam em suas especificidades, enquanto sujeitos em formação (ESTRADA; RADAELLI, 2017; BRITO; BARBOSA, 2017; MACEDO; ABRANCHES, 2018). Portanto, faz-se necessário ouvir e debater com os estudantes quais ações precisam ser melhoradas, ampliadas ou ainda incluídas no programa de assistência estudantil do campus de Alegre.

Outrossim, essa pesquisa desenvolveu os seguintes temas:

1. O histórico dos Institutos Federais, destacando a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, passando por cinco grandes fases: As escolas de Aprendizizes e Artífices (EAA); Liceus Industriais; Escolas Industriais e Técnicas; Escolas Técnicas; CEFET até chegar à atual configuração de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
2. Assistência estudantil no Brasil a partir dos contextos sócio-históricos pontuando suas concepções, definições e ações. Também apresentando alguns estudos recentes sobre a Assistência Estudantil na percepção dos discentes;
3. Histórico do Instituto Federal do Espírito Santo abordando a criação, suas finalidades e objetivos, a inserção no cenário regional, cursos ofertados, projetos futuros, caracterização da AE desenvolvida pelo Ifes, destacando as ações realizadas pelo campus de Alegre;
4. Contextualização e pesquisa dos aspectos do perfil socioeconômico dos discentes de graduação beneficiários do programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre; e
5. Análise das assertivas da percepção dos discentes de graduação beneficiários do programa de AE do Ifes - campus de Alegre.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Avaliar a percepção dos discentes beneficiários dos Cursos de Graduação do Ifes campus de Alegre em relação à assistência estudantil.

2.2 Objetivos Específicos

- Verificar a percepção dos discentes dos cursos de graduação em relação aos programas da assistência estudantil;
- Analisar o perfil socioeconômico dos discentes dos Cursos de Graduação do Ifes Campus de Alegre;
- Analisar como os estudantes avaliam a gestão política de assistência estudantil no Ifes Campus de Alegre;
- Investigar, na perspectiva dos participantes, os efeitos da assistência estudantil em sua vida acadêmica nos Cursos de Graduação do Ifes Campus de Alegre.

3 HISTÓRICO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Este capítulo tem por finalidade apresentar uma breve trajetória centenária dos atuais Institutos Federais. A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passou por cinco grandes fases: As escolas de Aprendizes e Artífices (EAA); Liceus Industriais; Escolas Industriais e Técnicas; Escolas Técnicas; CEFET, até chegar à atual configuração de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O presidente Nilo Peçanha criou, em 1909, pelo decreto nº 7.566, a Escola de Aprendizes Artífices (EAA), que teve por objetivo inicial ministrar o ensino técnico profissional de nível primário, gratuitamente, para crianças na idade de 10 a 13 anos. Formando assim, uma rede de escolas profissionais, instaladas em quase todas as capitais dos estados brasileiros. Essa foi a primeira iniciativa nacional republicana nesse setor (CHAMON et al., 2012). O mesmo decreto determinava que essas escolas seriam mantidas pelo Governo Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (SOARES, 1981).

As EAAs tinham como propósito formar operários e contramestres em "oficinas de trabalho manual ou mecânico que fossem mais convenientes e necessários ao Estado em que funcionava a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais". Esses conhecimentos eram ofertados através de ensino prático e técnico (CUNHA, 2000, p. 95).

Para Pereira et al. (2008), as EAAs poderiam ser caracterizadas pela transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico federal, na sociedade que principiava no Brasil em que o trabalho livre começa a se estruturar como trabalho assalariado. Nesse sentido, sobre a ótica de Regattieri e Castro (2010) as EAAs eram destinadas aos pobres e humildes, visto que a formação de uma mão de obra técnica lhes possibilitaria condições de inserção no mercado de trabalho, ajudando, assim, a aquisição de melhores condições financeiras.

A criação das EAAs foi o ápice da educação profissional no Brasil, marcado por uma singularidade: a atuação efetiva do Estado na formação para o trabalho (PEREIRA, 2012). Com a criação das EAAs, iniciou-se a política de educação profissional no Brasil, tomando-se palco dos anseios de uma educação para o trabalho (NETA et al., 2012).

Assim, as EAAs perpetuaram com essa nomenclatura até a assinatura da Lei nº 378/1937, por Getúlio Vargas, passando a ser denominadas Liceus Industriais. Segundo Paiva (2013), o Brasil, nesta época, passava por profundas transformações que aos poucos inseria o país no capitalismo industrial com o fortalecimento da indústria e do emprego. O mesmo autor continua a relatar que os Liceus Industriais foram destinados ao ensino profissional de todas as áreas e graus.

Cinco anos mais tarde, uma nova mudança ocorreu com a publicação do Decreto 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transformando os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas. Essas novas escolas passaram a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, correspondendo hoje à segunda metade do ensino fundamental (a partir do sexto ano) e ao ensino médio (BRASIL, 2020).

Desse modo, dava-se início ao processo de vinculação do ensino industrial à estrutura de ensino do país, pois os alunos que haviam se formado nos cursos técnicos poderiam ingressar no ensino superior em área equivalente à sua formação técnica (BRASIL, 2020). Assim, a educação profissional, no período de 1930 a 1945, foi marcada por formar trabalhadores para constituir a sociedade urbana e industrial brasileira (AMORIM, 2013).

Alguns anos depois, precisamente em 1959, as escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e passaram a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Isso ocorreu na gestão do Presidente Juscelino Kubitschek (1951-1961), que em seu plano de metas

de gestão, um dos seus objetivos era a formação de profissionais orientados para o desenvolvimento do país, possibilitando a essas escolas autonomia didática e de gestão. Dessa forma, foram criados vários cursos com formação técnica, mão de obra indispensável, diante da aceleração do processo de industrialização (PEREIRA, 2003).

No ano de 1967, com a Reforma Administrativa dos Ministérios legitimada pelo Decreto Lei nº 200/67, promoveu-se a absorção do Ensino Agrícola pelo Ministério da Educação e Cultura. Neste mesmo ano, foi promulgado o Decreto 60.731, que transferiu as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passaram a funcionar como escolas agrícolas. Em 1971, a Lei 5.692 tomou técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente (PAIVA, 2013). A partir desse momento, ocorreu uma grande expansão do número de matrículas e implantação de novos cursos técnicos (BRASIL, 2020).

Em 1978, se iniciou o processo de cefetização, ou seja, o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Em 30 de junho de 1978, o General Ernesto Geisel sancionou a lei nº 6.545, que dispunha sobre a transformação em Centros Federais de Educação Tecnológica as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que tinha como um dos objetivos formar engenheiros de operação e tecnólogos. Esse processo se estendeu ao longo dos anos 1980 e 1990 (CAMPELLO, 1990; TOME, 2012).

Em 4 de setembro de 1979, pelo Decreto nº 83.935, as escolas agrícolas passaram a ter a denominação de Escolas Agrotécnicas Federais, acompanhadas do nome do município onde se encontram localizadas (SOBRAL, 2009).

A partir de 2003, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi inserida como política pública, dessa forma ocorrendo a expansão em consonância com os princípios norteadores da mesma, que buscou promover a interiorização articulada com o desenvolvimento regional (ROSA, 2017).

Um grande impacto aconteceu na Educação Profissional e Tecnológica em 2008, quando o Presidente Lula da Silva, em 29 de dezembro de 2008, sancionou a Lei nº 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, transformando os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas à Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (PACHECO et al., 2012).

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2020). Atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (PACHECO, 2012).

Em 2019, totalizavam mais de 661 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II (BRASIL, 2020).

De maneira ilustrada, a figura 1 descreve a trajetória centenária dos Institutos Federais, cujo alicerce como ensino técnico remonta a primeira década do século XX.

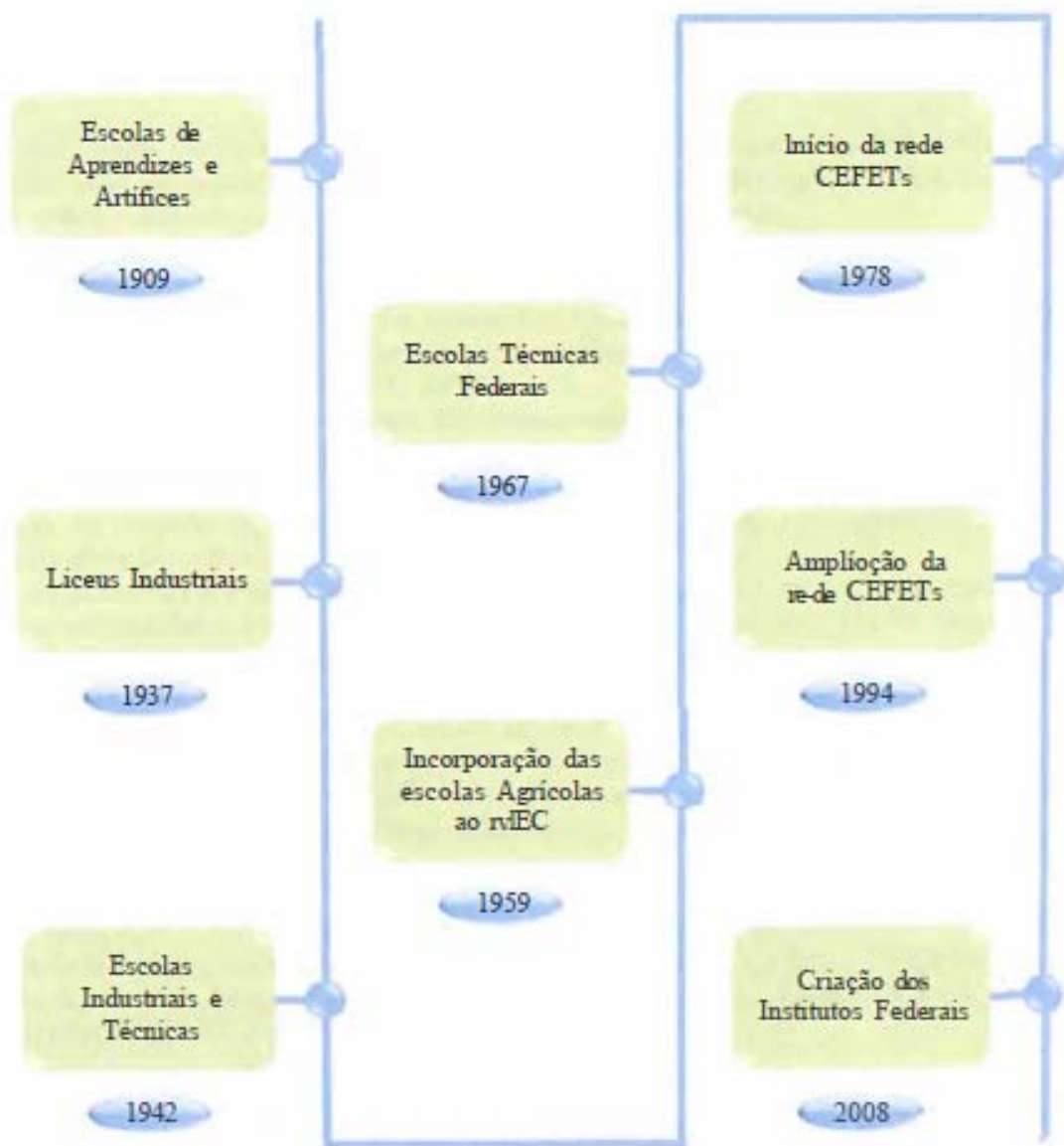


Figura 1 – Cronologia dos Institutos Federais

4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL A PARTIR DOS CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Esta seção versará sobre o processo histórico da Assistência Estudantil no Brasil, pontuando suas concepções, definições e ações. Também serão apresentados alguns estudos recentes sobre a Assistência Estudantil na percepção dos discentes.

O início da Assistência Estudantil (AE) no Brasil ocorre no ano de 1928, durante o governo de Washington Luís, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro. Localizada em Paris, era destinada a auxiliar os estudantes na capital francesa (KOWALSKI, 2012). A construção dessa casa tinha como objetivo acolher os filhos da elite brasileira, que lá cursavam o ensino superior (COSTA, 2010).

Em 1930, durante a era Vargas, foi inaugurada, na cidade do Rio de Janeiro, a Casa do Estudante do Brasil, cujo objetivo era prestar assistência aos estudantes com maiores dificuldades econômicas (KOWALSKI, 2012). Esta residência foi a primeira entidade estudantil de âmbito nacional, visando a assistência social aos estudantes, através da promoção, difusão e intercâmbio de obras e atividades culturais.

As primeiras práticas de AE remontam a década de 1930, atreladas à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas (OUTRA; SANTOS, 2017). A educação superior foi regulamentada pelo estado através do Decreto nº 19.850/31, que criou o Conselho Nacional de Educação. Neste mesmo ano, foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto nº 19.851, que elencava propostas e medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluindo bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres (VASCONCELOS, 2010). A incorporação da lei Orgânica do Ensino Superior na Constituição ocorreu somente em 1934, de acordo com Imperatori (2017).

[..] que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas” (IMPERIATORI, 2017, p. 286).

Segundo Poerner (2004), em 1938 o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que se tornaria um dos principais sujeitos políticos na luta em prol da AE no país. Essa foi talvez uma estratégia do governo ao construir uma instituição despolitizada e, para isso, a Casa do Estudante do Brasil seria a sede administrativa, responsável por promover a assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência.

É importante notar que na década de 1940, a assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino. Contudo, só foi regulamentada na Constituição Federal de 1946, art. 172, segundo o qual “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”.

Conforme Kowalski (2012) foi promulgado o Decreto 20.302/1946, que estabeleceu que na Seção de Prédios, Instalações e Estudos dos Estabelecimentos de Ensino Superior, dever-se-iam pensar alternativas para os problemas relacionados à assistência médico-social destinada aos alunos.

“Nas décadas seguintes, as ações governamentais priorizaram o ensino básico: durante os anos de 1950 e 1960 foram criados os programas nacionais da merenda escolar e do livro didático, respectivamente” (CAVALHEIRO, 2013, p. 32).

Contudo, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 4.024/61, foi proposta a AE como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes, conforme os artigos 90 e 91;

Art. 90 “Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos”.

Art. 91 “A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade”.

O amadurecimento da temática da Assistência Estudantil ocorreu no período correspondente ao do governo ditatorial-militar (1964-1985). Durante as décadas de 1960, a pauta da Assistência Estudantil ganha maior visibilidade no bojo do movimento de Reforma Universitária (FERNANDES, 1975), encabeçado pela comunidade acadêmica, no interior do qual a UNE desempenhou importante papel.

Todas as menções de assistência ao estudante, seja na LDB de 1961 ou nas Constituições Federais do Brasil até 1967, se caracterizaram como um direito igual de todos, no entanto, a definição de uma política ou programa específico com alocação de recursos para a AE na educação superior não se efetivou (NUNES; VELOSO, 2016, p. 2).

“Entre as décadas de 1950 e 1970 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares” (VASCONCELOS, 2010, p. 401).

Ao adentrar na década de 1970, efetivamente ocorreu uma tentativa de organização da AE ao nível nacional, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) no Ministério da Educação, destinado aos estudantes universitários (NUNES; VELOSO, 2016). Este departamento priorizava os programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica (IMPERIATORI, 2017).

A trajetória histórica da AE no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e promulgação de uma nova Constituição Federal (VASCONCELOS, 2010).

Com o fim do regime militar, surgem as discussões sobre as questões educacionais e em especial sobre a AE, inicialmente abordadas na criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, criado em 1987 (ARAÚJO; ALEXANDRE, 2018).

O FONAPRACE congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil.

Enquanto finalidade, o Fórum “definiu como meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino” (FONAPRACE, 2008, p. 01).

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal que consagrou a educação como dever do Estado e da família (art. 205, caput), tendo como princípio a igualdade de condições

de acesso e permanência na escola (art. 206, I) (BRASIL, 1988). Apesar de não tratar especificamente da Educação Superior, foi nesta Constituição que se buscou os fundamentos para justificar a importância e legitimidade da AE no espaço universitário. No seu artigo 206, está disposto que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios sendo o primeiro: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, os programas de apoio ao estudante se davam a partir do esforço isolado de determinadas Instituições, geralmente insuficientes, sujeito muitas vezes à sensibilidade dos gestores (FONAPRACE, 2012). Esse cenário de isolamento das iniciativas de AE nas IFES pode ser atribuído ao descrédito de suas ações, que eram entendidas como gastos adicionais ao orçamento já tão insuficiente, ao qual estavam submetidas às Instituições (NASCIMENTO, 2014).

No período supracitado, o FONAPRACE lutava contra a ofensiva neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), momento no qual se registra limitação de recursos, numa perspectiva nacional, destinados ao investimento no Ensino Superior público. Durante essa década, houve uma negação por parte dos governantes no que se refere ao provimento da AE (KOWALSKI, 2012).

Este cenário político se confirmava através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), instituída pela Lei nº 9.394 de 1996, que trazia em seu texto a seguinte redação:

“Dos recursos financeiros: Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”.

Neste contexto, o FONAPRACE empenhou-se no desenvolvimento de um trabalho sistemático nas IFES para determinação do perfil socioeconômico e cultural dos seus discentes. Com isso, buscava-se identificar dados confiáveis considerados elementos indispensáveis ao debate, formulação e implantação de políticas sociais que pudessem garantir a permanência dos estudantes em suas Instituições. Identificaram uma considerável parcela dos estudantes que pertenciam a classes sociais de baixa renda, os quais precisavam de subsídios para o custeio das despesas geradas pelo ingresso nas IFES, mais especificamente despesas com transporte, moradia, alimentação, dentre outras (DUTRA; SANTOS, 2017; ARAÚJO; ALEXANDRE, 2018).

Em 2001, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência para dez anos, instituído pela Lei nº 10.172, de nove de janeiro de 2001. Sua aprovação ocorreu na época em que o governo de Fernando Henrique Cardoso consolidava um conjunto de reformas, com a finalidade de elaborar um modelo educativo de acordo com as políticas gerais - denominadas por muitos especialistas e associações estudantis e sindicais, como sendo de cunho neoliberal e neoconservador, desenvolvidas até então nos âmbitos financeiro, político, econômico, industrial e social (HERMIDA, 2006). No aspecto da educação superior, o PNE reafirma as ações de diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e as fontes de financiamento e gestão. Da mesma forma, seguem-se as ações relacionadas à AE:

Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, PNE, 2001).

Em 2007, foi instituído através do Decreto 6.096, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Em seu artigo 1º, afirma que esse "tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior" e em seu artigo 2º, item V, que "o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de Assistência Estudantil" (BRASIL, 2007).

O programa prevê o aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e combate à evasão, entre outras metas, com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Com este programa, surge a necessidade de uma suplementação de recursos para manter nas universidades os estudantes com fragilidade econômica. Diante dessa necessidade de recursos para a assistência estudantil nasce o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que norteia as ações da assistência estudantil no Brasil, fundamentado no princípio da "Igualdade de Oportunidades" com base no artigo 206 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CUNHA, 2017).

Este programa foi aprovado pelo Ministério da Educação, através da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, que apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e de ações assistenciais ao estudante, instituído após estudos realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2007).

O PNAES culminou no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, no qual foram estabelecidos os princípios e objetivos que atendem aos sujeitos assistidos, expressos em seu artigo 1º que:

"tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal", incluindo os Institutos Federais e definindo prioridades de atendimento aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica, ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (BRASIL, 2010).

O PNE (2011-2020), descreve sobre a assistencial estudantil:

“estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programa AE, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico”. O PNE (2014-2024) reforça a importância de reduzir as desigualdades e permanência na meta 11 p.188:

[..] investimento em programas AE e mecanismo de mobilidade acadêmica, reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso a permanência na modalidade, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma de lei; e estruturar o sistema nacional de informação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e as consultas promovidas em entidades e de trabalhadores (PNE, p.188).

4.1 Ações oriundas da assistência estudantil

As ações da Assistência Estudantil devem ter prioridades em viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir

preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

Segundo Bardagi e Hutz (2009), a literatura apresenta variadas causas para a evasão na educação superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor-aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, assim como problemas financeiros.

A explicação de que a evasão escolar e a repetência são causadas por problemas individuais não consegue esclarecer por que isso continua acontecendo em grande escala, com um número significativo de jovens procedentes de classes menos favorecidas economicamente (BATISTA et al., 2009).

Os mesmos autores relataram que o discurso da escola, representada aqui por seus docentes, ainda é o de culpar os jovens, os adultos e a família pela evasão escolar. Acredita-se que muito mais que procurar a quem atribuir a culpa, é preciso compreender que existem fatores externos que culminam na tomada de decisão dos discentes em abandonar a escola, que envolvem: as condições sociais, culturais, econômicas e históricas, que permeiam a problemática da evasão escolar (BATISTA et al., 2009).

A política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação e transporte, em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros (ANGELIM, 2014).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES estabelece em seu parágrafo único que compreende como ações de Assistência Estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A figura 2, adaptada de FONAPRACE (2012), tendo como base os planos de atuação estabelecidos pelo PNAES, apresenta as áreas estratégicas necessárias para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, bem como os segmentos diretamente envolvidos na sua execução.

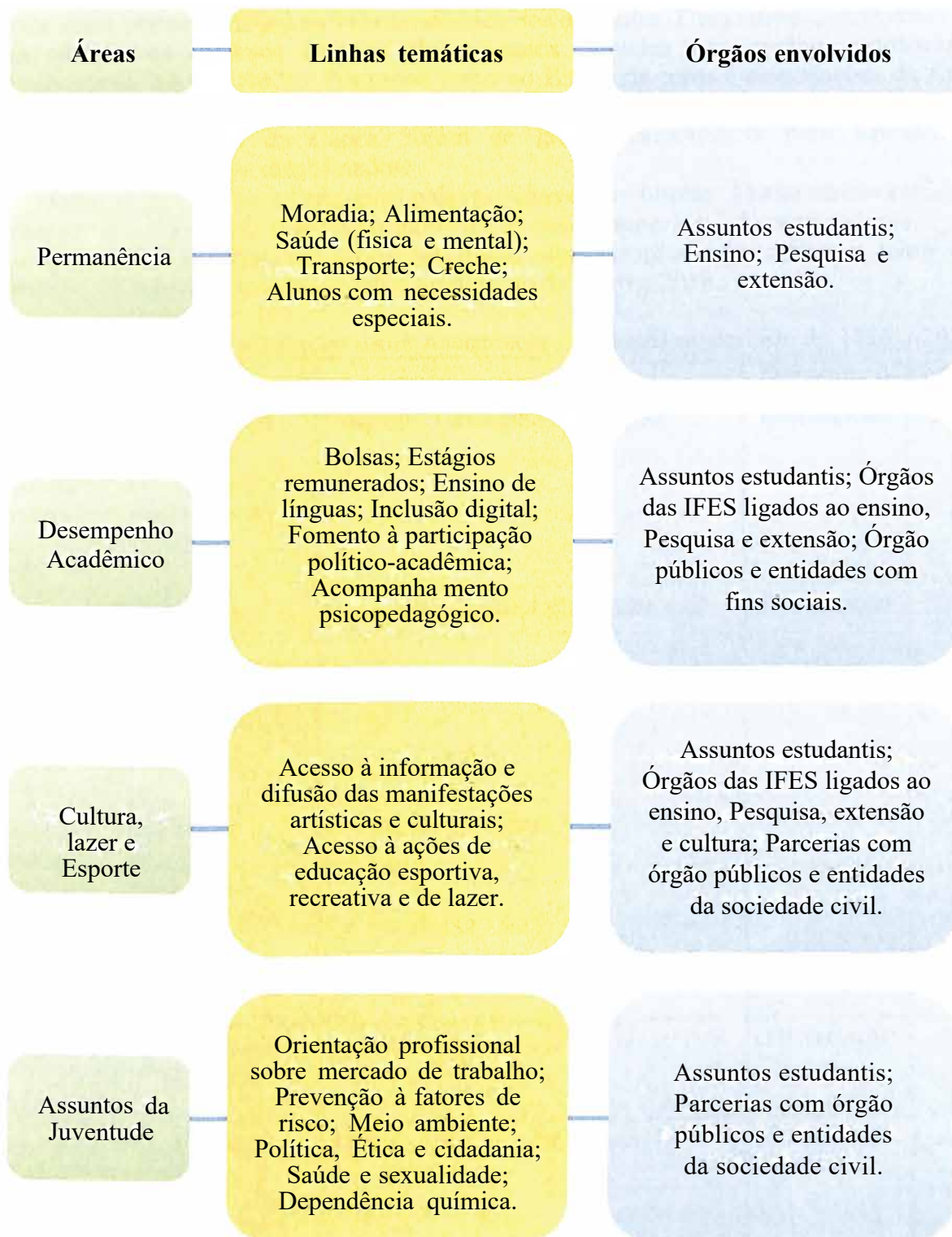


Figura 2 – Áreas estratégicas da Assistência Estudantil

4.2 Alguns estudos recentes sobre AE na percepção dos discentes

Desde sua implantação no ano de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem sido objeto de estudo de pesquisadores, que buscam compreender os

desta política pública na vida acadêmica dos discentes. Desse modo, trouxemos para análise, dentre os diversos estudos já realizados, aqueles que melhor nortearam o desenvolvimento deste trabalho. Pesquisas junto ao Banco de teses e dissertações da Capes, IFMT, UFRP, IFPA, UFPE, UFPB, bem como acesso em portais como o Scielo, Google Acadêmico e periódicos da Capes, foram de grande importância para aquisição de informações para o alcance desses dados.

Optou-se por utilizar as seguintes palavras-chave para buscas: 1) assistência estudantil; 2) percepção dos discentes; 3) políticas públicas; 4) ensino superior; e 5) permanência.

A pesquisa abordou, de forma resumida, algumas produções sobre o tema deste trabalho. Na Tabela 01 estão dissertações no período de 2016 a 2018.

Quadro 1 - Principais Dissertações sobre Assistência Estudantil no período de 2016 a 2018

Título	Autor	Documento	Ano
Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/ não permanência dos educandos do Proeja do IFMT - Campus Várzea Grande	Visquetti, Carminha Aparecida	Dissertação	2018
Programa Nacional de Assistência Estudantil: Percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Conceição do Araguaia - PA	Conceição, Leyde Lelma Vieira da	Dissertação	2017
O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas	Cunha, Inês Virgínia Aleixes da	Dissertação	2017
Assistência estudantil como política de permanência na UFPB	Albuquerque, Larissa Cavalcanti de	Dissertação	2017
A percepção discente sobre a Residência Universitária no Brasil e o Programa Auxílio Moradia no campus da UFC em Sobral	Araújo, Anne Caroline Costa	Dissertação	2016

Visquetti (2018) abordou o processo de permanência e de não permanência dos sujeitos trabalhadores do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja). O estudo foi realizado no Campus Várzea Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, sob a ótica dos sujeitos trabalhadores, tanto os que permaneceram no curso, como aqueles que se afastaram. As ferramentas metodológicas utilizadas foram a

pesquisa qualitativa, estudo de caso por análise de documentos, entrevista semiestruturada e grupo focal.

Identificou-se como aspectos que contribuem para a permanência dos educandos trabalhadores: as atividades práticas, viagens e visitas técnicas, por serem marcadas pelo aprendizado e estreitamento do laço afetivo; a necessidade de o professor considerar as especificidades, o nível e ritmo da aprendizagem dos estudantes trabalhadores da EJA, bem como as experiências de vida, rotinas diárias e conhecimentos prévios dos educandos; perceber o adulto trabalhador como sujeito de conhecimento e aprendizagem; o uso de metodologias de ensino correspondentes aos anseios e expectativas; o sucesso escolar, por produzir autoestima e segurança; e finalmente, o fortalecimento da política de assistência estudantil nos IFs, a qual contribui para viabilizar as condições de acesso e permanência na educação pública federal, por meio dos repasses de auxílios financeiros, a acolhida dos sujeitos, o acompanhamento de sua trajetória escolar, entre outros aspectos.

A autora também destacou como desafios a serem superados: a redução das verbas para Assistência Estudantil; o número reduzido de profissionais do Serviço Social no IFMT; a necessidade de prever o monitoramento e a avaliação das ações de assistência estudantil, assim como o papel intersetorial e multidisciplinar do profissional do serviço social, cujas ações não se restringem ao segmento estudantil e abordagens individuais. Finalmente, considera fundamental a participação democrática dos sujeitos para a efetivação do programa; a educação como direito; a necessidade de rever o tipo de escola e curso ofertados; reforço da Política de Assistência Estudantil, de modo a favorecer as condições de permanência dos educandos e o compromisso institucional na efetivação da política pública.

Conceição (2017) apresentou uma análise da Política de Assistência Estudantil desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Conceição do Araguaia, através do contexto das políticas sociais, cujo objetivo é minimizar os efeitos das desigualdades sociais, através da permanência e êxito dos estudantes nos cursos de nível superior.

A pesquisa foi realizada a partir da concepção dos estudantes do curso de engenharia agrônoma, beneficiados pelo programa. Como ferramentas foram utilizados questionários e análise documental, objetivando verificar como os estudantes compreendem a política de assistência estudantil.

As conclusões da autora são de que os estudantes têm pouco entendimento sobre o PNAES e que existem dificuldades na operacionalização do programa no campus, principalmente no que se refere aos valores, processo seletivo e prazos. Apesar dos problemas apontados, os estudantes preferem a oferta da assistência estudantil na modalidade de auxílios.

A pesquisa realizada por Araújo (2016) avaliou a percepção discente sobre o Programa Auxílio Moradia no campus da UFC em Sobral, estabelecendo um comparativo com a percepção de residentes universitários de diferentes universidades brasileiras.

Visando alcançar os objetivos propostos foram utilizados como métodos a pesquisa bibliográfica e exploratória, as quais permitiram a realização da fundamentação teórica e a compreensão do problema da pesquisa. Os dados obtidos foram analisados quantitativa e qualitativamente.

Como resultados, a comparação entre os dois pontos de vista permitiu avaliar, na visão dos estudantes, as vantagens e desvantagens do Programa Auxílio Moradia e da Residência Universitária. Além disso, a pesquisa apontou que os dois grupos de estudantes apresentam percepções opostas sobre os programas oferecidos. Para os bolsistas, o Auxílio Moradia representa o que melhor atende suas necessidades, enquanto os residentes consideram a Residência Universitária como melhor opção para moradia estudantil.

No estudo de Cunha (2017), buscou-se avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), investigando a trajetória dos estudantes bolsistas de Assistência Estudantil (AE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O foco da pesquisa foi verificar os resultados do PNAES, considerando como seus objetivos reduziram as taxas de retenção e evasão escolar. Desse modo, buscou-se investigar a contribuição do programa para o bom desempenho acadêmico dos estudantes bolsistas em vulnerabilidade socioeconômica.

A análise da trajetória acadêmica dos bolsistas do PNAES foi realizada a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Informação e Tecnologia da Universidade Federal de Pernambuco dos campi Reitor Joaquim Amazonas (Recife), Centro Acadêmico de Vitória (CAV) e Centro Acadêmico do Agreste (CAA).

Segundo a autora, as informações obtidas através do desempenho e o quantitativo de estudantes que concluem a graduação indicariam o sucesso do programa. Entretanto, sua conclusão foi de que o PNAES está distante de desenvolver uma política de assistência estudantil (PAE) com ações que venham a atender as necessidades integrais dos estudantes, constituindo-se meramente como política focalizada e seletiva, que enfrenta dificuldades orçamentárias e que não tem dado conta de atender a demanda que se apresenta na realidade das IFES.

Albuquerque (2017) abordou a assistência estudantil como política de permanência na Universidade Federal da Paraíba, tendo como questão norteadora as dificuldades e possibilidades para a permanência dos discentes contemplados pelo PNAES e como estes avaliam a referida política na instituição. Desse modo, delimitou-se o problema da pesquisa entre a assistência estudantil e o direito à educação, através do acesso de permanência dos estudantes no ensino superior.

Optou-se pelo método histórico-dialético, situando a universidade nos contextos autoritário e neoliberal. O estudo dialogou entre a perspectiva crítica da educação e a função social da universidade, utilizando conceitos como direito à educação, justiça e igualdade, poder e resistência.

A metodologia fundamentou-se na perspectiva crítico-dialética, recorrendo à abordagem qualitativa de estudo de caso. A fase de coleta de dados deu-se por observação assistemática, entrevista semiestruturada e análise documental. Para a sistematização e análise dos dados obtidos na pesquisa empírica e documental, foi utilizada análise de conteúdo.

O resultado da pesquisa na Universidade Federal da Paraíba confirma a necessidade da assistência estudantil como fator de justiça redistributiva, uma vez que existem estudantes que não possuem condições econômicas de manter-se na Universidade Pública sem o apoio do Estado.

A pesquisa completou a discussão citando os artigos científicos (Tabela 02) no período de 2015 a 2018.

Quadro 2 - Principais Artigos sobre Assistência Estudantil no período de 2015 a 2018

Título	Autor	Documento	Ano
Programa bolsa permanência: percepção dos alunos beneficiários da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína	Maurício, Nathanni Marrelli Matos	Artigo	2015
A percepção de discentes do IFES - Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil	Paixão, Marcus Vinicius Sandoval; Torezani, Sival Roque; Gonçalves, Silvia Maria Melo; Bozetti, Marcello	Artigo	2016
A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil	Estrada, Adrian Alvarez; Radaelli, Andressa	Artigo	2017
Programa de auxílio moradia em uma unidade acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados	Brito, Lilian da Silva; Barbosa, Alba	Artigo	2017
Política de Assistência Estudantil: repercussões sobre a sua contribuição	Macedo, Juliana Cavalcanti; Abranches, Ana Fátima Pereira de Souza	Artigo	2018

O estudo realizado por Maurício (2015) teve como objetivo avaliar a percepção dos discentes acerca do Programa Bolsa Permanência, implementado pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. A pesquisa foi conduzida por um estudo de caso, através de uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e aplicação de questionário para a coleta de dados.

Na elaboração do questionário foram considerados os elementos que circundam as questões levantadas pela pesquisa, enquanto para a análise dos resultados foi utilizada uma amostra de 111 alunos dentre os 185 beneficiados pelo programa.

Os resultados apontam que a UFT se preocupa com a assistência estudantil. Quanto aos discentes, a autora considera que a maioria dos bolsistas se inscreve no programa por considerar o valor da bolsa insuficiente para as despesas com a formação universitária. O valor da bolsa é utilizado principalmente para custear alimentação e moradia, sendo que a maioria dos bolsistas retribui o benefício com projetos de extensão universitária ou pesquisa, ou pela realização de atividades técnico-administrativas. Os alunos também consideram a Política de Assistência Estudantil decisiva para que permaneçam na universidade. Da mesma forma, concordam que a referida política é fundamental para democratizar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior e que a origem social interfere na trajetória acadêmica e profissional.

Paixão et al. (2016) investigaram a Assistência Estudantil no Ifes campus Santa Teresa, apresentando como análise de discussão a percepção dos discentes. Os sujeitos foram alunos do curso de Graduação em Agronomia, beneficiados com os auxílios-alimentação e moradia.

Os estudos foram conduzidos utilizando-se como método a pesquisa avaliativa/qualitativa, a qual se configura como aplicação sistemática de procedimentos capazes de acessar a concepção, o desenho, a implementação e as utilidades da assistência estudantil implementada no campus. Os dados foram obtidos a partir de questionários com perguntas abertas, sendo posteriormente analisados na concepção da pesquisa avaliativa.

Como conclusão, os autores destacaram a eficácia dos programas de assistência estudantil do campus, uma vez que a maioria das respostas não apresentou fragilidade. Ouvir os beneficiários do programa demonstrou a importância em divulgar para a comunidade, informações como correção anual dos valores, desburocratização do processo, informatização das inscrições e dos controles dos programas disponíveis para a população. A maioria dos estudantes destacou como fragilidade as ações internas da assistência estudantil para a comunidade.

O trabalho de Estrada e Radaelli (2017) avaliou o PNAES na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O estudo teve como objetivo analisar a política de assistência estudantil na perspectiva dos discentes assistidos, buscando avaliar se o programa vem atendendo, de forma satisfatória, a demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Para tanto, foram entrevistados 192 estudantes de diversos cursos de graduação do campus de Realeza.

Os resultados da pesquisa permitiram aos autores compreender que a expansão do acesso não se limita ao ingresso na universidade, sendo também necessário gerar condições de permanência durante a vida acadêmica. Os resultados demonstraram que entre as ações desenvolvidas, prevalecem os programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros, como subsídios para gastos com moradia, alimentação e transporte. No entendimento dos estudantes beneficiados, essa iniciativa é essencial para a permanência na universidade.

A pesquisa dos autores Brito e Barbosa (2017) realizada em uma Unidade Acadêmica da Universidade em Pernambuco também investigou o PNAES sob a ótica dos discentes, considerando a utilização de mecanismos de avaliação previstos no Decreto 7.234/2010.

Utilizou-se como método um estudo qualitativo/descritivo, enquanto para a coleta de dados foi aplicado questionário a todos os beneficiários do programa.

Como resultado da pesquisa, os autores concluíram que o programa contribui para minimizar as desigualdades socioeconômicas, tendo em vista as iniciativas voltadas para a democratização do acesso e a formação para a cidadania, bem como a permanência no curso.

Macedo e Abranches (2018) apresentaram como elemento principal de sua pesquisa a relação entre o ensino superior e as políticas públicas de assistência estudantil, buscando estabelecer uma aproximação entre os debates da literatura especializada e a realidade empírica, no contexto de uma instituição de ensino superior.

Como objetivo principal, buscou-se analisar a política de assistência estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) a partir da percepção dos estudantes beneficiados. A relevância da pesquisa embasou-se na possibilidade de discutir os benefícios da assistência estudantil no contexto da política educacional.

Quanto à metodologia, a investigação apresentou enfoque qualitativo e quantitativo, seguindo etapas complementares que visaram contribuir na coleta, análise e interpretação dos dados. Para tanto, realizou-se o levantamento de dados secundários sobre as principais

temáticas da pesquisa, bem como trabalho de campo com aplicação de questionários com estudantes beneficiados pela política.

Os dados analisados demonstraram que os estudantes, em sua maioria, avaliaram como boa a política de assistência estudantil da UFRPE, além de afirmarem que a assistência estudantil contribui significativamente para sua permanência na universidade. Entretanto, demonstram que algumas situações necessitam de melhorias e reavaliações.

5 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008. Sua constituição deu-se pela integração de quatro Autarquias Federais, a saber: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e suas Uned's, Escola Agrotécnica Federal de Alegre, Escola Agrotécnica Federal de Colatina e Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa.

Sua criação trouxe como resultados uma ampliação da oferta de cursos de graduação e cursos técnicos preferencialmente na forma integrada ao ensino médio, incluindo a modalidade de educação à distância; na política de incentivo à elevação da titulação dos docentes, além do apoio aos programas que visavam a elevação da escolaridade de jovens e adultos.

Como instituição de educação profissional e tecnológica, o Ifes tem por finalidade a formação e qualificação profissional. Além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional, contribuindo para a construção de uma sociedade ética e solidária.

Sendo uma rede social de educação profissional e tecnológica, vem atuando nas demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em sintonia com os arranjos produtivos locais, para efetivar seu compromisso social. Sua atuação abrange todos os níveis e modalidades da educação profissional, incluindo a oferta de educação à distância, como compromisso para o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Para esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes critérios: a) destinar 50% das vagas para cursos de educação profissional técnica de nível médio para formação inicial e continuada de trabalhadores, além de cursos profissionalizantes para o Proeja; b) 20% das vagas para cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, para formação de professores e especialistas para as disciplinas científicas do ensino médio e da educação profissional; c) 30% das vagas para cursos de tecnólogo, bacharelado e pós-graduação.

Desse modo, a proposta curricular do Ifes não se limita à formação puramente acadêmica, mas agrega a preparação para o trabalho e uma educação profissional e tecnológica contextualizada, estabelecida em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Como inserção regional, os campi do Ifes ocupam posição de referência educacional, estando integrados com a sociedade nos diversos municípios em que estão localizados. Dispõem de ampla infraestrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, salas de aula e parques desportivos, atendendo os níveis básico, técnico e tecnológico de educação profissional e superior.

Sua área de abrangência compreende todo o território do estado do Espírito Santo (figura 3), com concentrações nas microrregiões em que se localizam os respectivos campi, além de diversos municípios dos estados limítrofes com o Espírito Santo, sendo que a população atendida pela Instituição compreende determinado território, incluindo outros municípios situados num raio de 50 a 80 quilômetros.

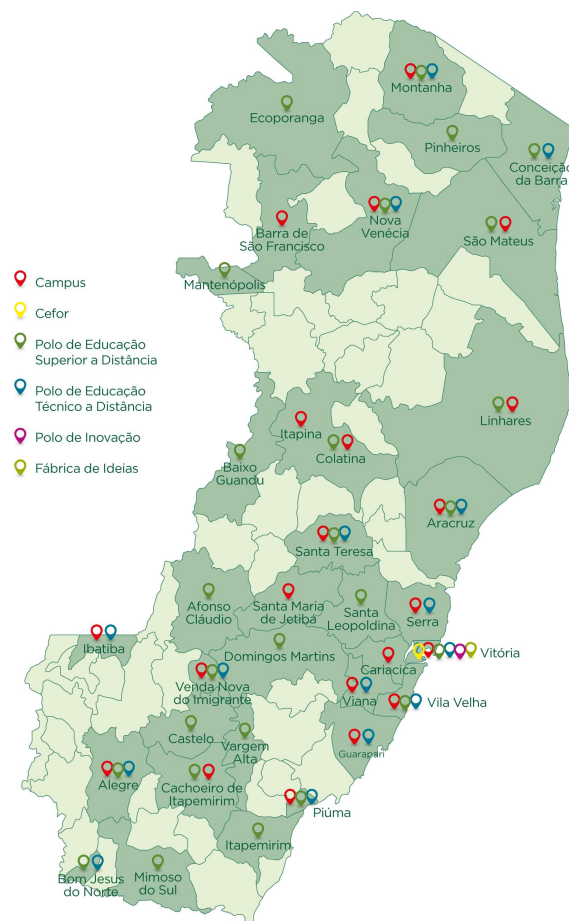


Figura 3 - Localização geográfica dos campi do Ifes no estado do Espírito Santo
 Fonte: Ifes (PDI 2019/2024)

São oferecidos pelos Ifes cerca de 100 cursos técnicos, 60 cursos de graduação, 10 especializações e 11 mestrados, além de um doutorado a ser iniciado em 2020, sendo o corpo discente composto por 36 mil alunos. Possui uma estrutura física com 22 campi, incluindo o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, além de 49 polos de educação à distância em funcionamento.

Como ações futuras, foram elaboradas metas que objetivam atender as necessidades e expectativas de seu público para os próximos anos. Ações propostas: a) intensificar a atuação do Ifes como instituição promotora de educação profissional, científica e tecnológicas; b) ampliar a oferta de educação profissional, científica, tecnológica, pública, gratuita e de excelência em todos os níveis; c) ampliar as ações de extensão tecnológica e comunitária, com base em parcerias e foco no desenvolvimento regional; d) ampliar a pesquisa aplicada, serviços técnicos científicos e soluções tecnológicas inovadoras.

5.1 Histórico do campus de Alegre

O campus de Alegre (figura 4) está localizado na microrregião do Caparaó, no distrito de Rive, à aproximadamente 12 quilômetros de distância de sua sede.



Figura 4 - Imagem aérea do prédio principal do Ifes - campus de Alegre.
Fonte: Acervo Ifes - campus de Alegre

Segundo informações da Prefeitura de Alegre, a economia do município é baseada nos seguintes segmentos: atividades agropecuárias, representando 26,6% do Produto Interno Bruto - PIB, o comércio e os prestadores de serviços com 71, 2%, por último, o setor de indústrias com apenas 2,2%, evidenciando a pouca relevância desse segmento para a economia local. No meio rural, além da pecuária leiteira, também se destacam a cafeicultura, a olericultura e o ecoturismo. Sobre a cafeicultura, tem sido crescente o interesse pela produção de cafés de qualidade, objetivando agregar valor ao produto.

Na esfera educacional, o município se destaca como centro qualificado de ensino, pesquisa e extensão, pela presença de três instituições de ensino superior, o Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), e o Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo (CCA-UFES), além de uma Autarquia Municipal, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA).

O campus de Alegre teve sua origem em um contexto rural, a partir do programa de ensino agrícola implementado no país.

Atendendo ao Decreto Lei nº 9.613/1946 e Decreto Federal nº 22.470/1947 que estabeleciam a criação de escolas agrícolas que funcionassem em regime de internato, em 1953 foi firmado convênio entre o os governos do estado do Espírito Santo e a União, para criação de uma escola agrícola no município, sendo escolhida para tal fim a "Fazenda Caixa D' Água, no distrito de Rive. Em junho do mesmo ano, após a nomeação do Engenheiro Agrônomo Ivan Neves de Andrade como primeiro Diretor, foram iniciadas as obras do que futuramente seria o campus de Alegre.

Na década seguinte, em decorrência da Lei nº 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as escolas agrícolas receberam a denominação de Colégios Agrícolas, passando a ministrar as três séries do 2º ciclo (colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico Agrícola. Assim, em 13/02/1964, por força do Decreto nº 53.558, foi estabelecida a designação da escola como Colégio Agrícola de Alegre.

Posteriormente, com o Decreto nº 83.935/1979, passou a ser denominada como Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAFA, tendo a regularidade de seus estudos declarada pela Portaria nº 20 de 1980 da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, depois vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau, do Ministério da Educação, conforme Portaria nº 833/1986.

Tomou-se Autarquia Federal através da Lei 8. 73111993, sendo vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, conforme Decreto 2.147/1997, pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC).

Esse novo cenário permitiu que a Instituição ofertasse novos cursos como o Pós-Técnico em Piscicultura em 1997, que em 2001 evoluiu para Técnico em Aquicultura. Em 1999 foram implantados os cursos técnicos de Agroindústria e Informática e, em 2000, o curso técnico em Cafeicultura, ressalta-se que todos os cursos foram reconhecidos pelo MEC, conforme Portaria nº 219/2003, estando inseridos no Cadastro Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.

Como consequência da evolução do curso Técnico em Aquicultura (figura 5), em 2005 foi aprovado pelo MEC o curso superior de Tecnologia em Aquicultura, tendo seu reconhecimento solicitado pela Instituição em meados de 2007. Ainda no mesmo ano foi implementado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, mediante a oferta do curso Técnico em Informática. No ano seguinte, o referido programa foi ampliado pela oferta do Curso Técnico em Agroindústria no período noturno.



Figura 5 - Área experimental do curso de Engenharia de Aquicultura.

Fonte: do autor, 2015

Com a Lei 11.892 de dezembro de 2008, vieram novas mudanças para o ensino. A EAFA "cedeu lugar" ao campus de Alegre, inserindo-se ao novo modelo de educação profissional e tecnológica denominado Instituto Federal do Espírito Santo.

Em 2019, o campus de Alegre possuía um quantitativo de 1.097 alunos matriculados, distribuídos entre seus três cursos de ensino médio/técnico, cinco cursos de graduação (figura 6) e dois de pós-graduação, sendo um lato sensu e outro stricto sensu.

Nesse contexto, o campus vem renovando seu compromisso com a formação de profissionais comprometidos com os avanços tecnológicos, respeito à ética científica, bem como o desenvolvimento social e econômico.



Figura 6 - Imagem aérea do prédio do ensino superior.
Fonte: Acervo Ifes - campus de Alegre

5.1 A Política de Assistência Estudantil no Ifes

Os Institutos Federais foram criados como fator estratégico para o fortalecimento do ensino e da igualdade social, devendo possibilitar a inserção de mais cidadãos no ambiente educacional (PACHECO, 2011). Nesse sentido, cabe aos Institutos implementar políticas públicas que possam garantir aos discentes o pleno uso desses direitos.

O processo de criação do Programa de Assistência Estudantil (PAE) do Ifes teve seu início em 2011, através de uma Comissão multicampi eleita pelo Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (FIAE). A referida Comissão, formada por profissionais atuantes no processo, teve como objetivo entender os anseios dos estudantes e as possibilidades de satisfazer suas principais demandas. Para isso, foram criados instrumentos para uma coleta de dados que abrangesse as diversas faces destas demandas, pretendendo-se, assim, atender a real necessidade dos educandos.

Os trabalhos realizados pela Comissão culminaram com a Resolução nº 19 de 09/05/2011, a qual aprovou e regulamentou o Programa de Assistência Estudantil (PAE), no âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes. Dentre os itens constantes do referido documento é importante ressaltar: o público alvo; os recursos humanos, orçamentários e os programas de apoio à formação discente.

O público alvo do Programa de Assistência Estudantil do Ifes são os alunos regularmente matriculados, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social. As ações são desenvolvidas nos campi por servidores dos setores de Assistência Social, de Psicologia, de Enfermagem, de Pedagogia e Ensino, das Coordenadorias de Curso e de Áreas, de Administração e Financeira. Os recursos orçamentários destinados ao programa são de responsabilidade do Conselho de Gestão dos campi. Estes recursos são definidos por uma matriz orçamentária, tendo como referência os indicadores sociais e econômicos da localidade do campus e o número de discentes matriculados no mesmo. Cada campus tem autonomia para planejar suas ações de acordo com sua realidade e recursos orçamentários previstos. É de competência da Pró-Reitoria de Ensino acompanhar e assessorar os programas em todos os campi do Ifes, cabendo ao Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil atuar nos processos de elaboração, avaliação e reformulação da mesma

Os Programas de Apoio à Formação Discente, elencados nos anexos I e II da Portaria nº 1.602/2011 do Ifes são classificados em dois grupos distintos:

Programas universais: cujo atendimento é oferecido preferencialmente a toda comunidade discente, compreendendo: a) programa de incentivo a atividades culturais e lazer; b) programa de apoio à pessoa com necessidade educacional especial; c) programa de ações educativas/formação para cidadania; d) programa de atenção biopsicossocial (acompanhamento psicológico; orientação e acompanhamento social; educação preventiva, atendimento ambulatorial; equipamentos assistidos à saúde e primeiros socorros).

Programas específicos: visam o atendimento ao aluno em vulnerabilidade social. Dentro dos Programas Específicos existem os Programas de Atenção Primária e os Programas de Atenção Secundária, sendo que os recursos para assistência estudantil devem ser destinados, preferencialmente, ao primeiro e posteriormente ao segundo.

Programas de atenção primária: devem considerar prioritariamente a situação socioeconômica dos discentes, devendo ser avaliada por profissional de Serviço Social. São eles: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio didático e uniforme, auxílio moradia e auxílio financeiro.

Auxílio transporte: tem como finalidade auxiliar o processo de ensino-aprendizagem do aluno em vulnerabilidade social, no sentido de contribuir para sua formação, por meio do custeio do transporte e acompanhamento de frequência. O estudante, que tiver condições de acesso, garantidas por ações oriundas de iniciativas municipais ou estaduais, não podem ser beneficiados por este auxílio. O referido programa pode ser realizado por parcerias com prefeituras ou governos estaduais e através de custeio do transporte por parte do Ifes, com contratação de prestação de serviços ou subsídio de até 100% do valor da passagem.

Auxílio alimentação: a partir da permanência dos alunos no campus, para fins de complemento dos estudos em biblioteca, atendimentos, realização de atividades escolares ou extensão da vida acadêmica, poderá ser fornecida alimentação ou subsídio de até 100% do valor da mesma.

Auxílio didático e uniforme: tem por objetivo facilitar a continuidade dos estudos do aluno em vulnerabilidade social, por meio do acesso a materiais necessários à sua formação. Pode-se dar a partir da concessão de cópias de materiais elaborados pelos docentes, impressão para fins escolares, custeio de instrumentos específicos do curso estudado, assim como o custeio de uniforme aos discentes que estudam em curso e turno cujo uso do uniforme escolar seja obrigatório.

Auxílio moradia: visa garantir a permanência do discente na Instituição e podendo ser realizado de duas formas: custeio de até a totalidade dos gastos com moradia (aluguel), devidamente comprovados; e/ou através de alojamento, nos campi onde houver tal estrutura.

Auxílio financeiro: visa o atendimento de estudantes que mesmo com as possibilidades de atendimento nos Programas de Atenção Primária, apresentam necessidades não contempladas. O Auxílio Financeiro tem seu valor variado, de acordo com a realidade apresentada, segundo avaliação do profissional de Serviço Social.

Programas de atenção secundária: contribuem para a formação acadêmica, embora não sejam determinantes para a permanência dos discentes na Instituição. Atualmente é disponibilizado ao discente o Programa de Monitoria.

Auxílio monitoria: tem como finalidade contribuir para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem atendendo a dois segmentos de estudantes: a) aqueles que possuem um bom desempenho acadêmico; b) aqueles que necessitam de apoio em suas atividades acadêmicas. Ao início de cada ano, após definidos os limites orçamentários, o Fórum de Diretores Gerais estabelece o valor padrão do auxílio monitoria para os alunos do Ifes.

Sobre o financiamento do programa, o Decreto 7.234/2010 condiciona sua manutenção mediante as dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC ou às IFES, devendo o Poder Executivo compatibilizar o número de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observando os limites estabelecidos pela legislação vigente (Brasil, 2010). Além disso, a Ação 2994 definida na Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece o repasse de recursos exclusivamente para os Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, impossibilitando sua utilização para outro fim.

O gráfico 1 ilustra a projeção de financiamento para o programa de assistência estudantil previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes (PDI 2014/2019), assim como o resultado de sua execução financeira no referido período.

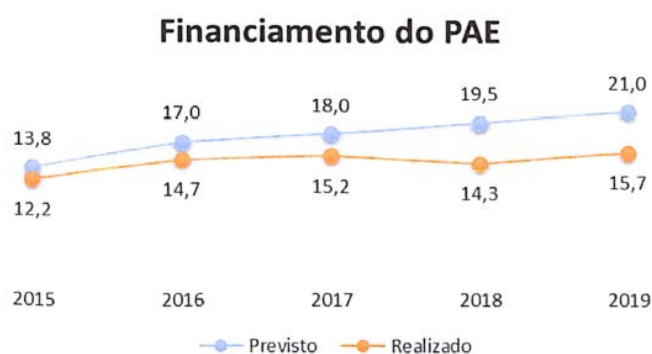


Gráfico 1 -Projeção de financiamento para o PAE do Ifes e execução financeira no período de 2015 a 2019 (valores em milhões de reais)

Conforme se observa no gráfico 1, o volume de recursos disponibilizados pelo governo para custear o programa não alcançou as metas de crescimento pretendidas pelo Ifes. Percebe-se que a redação trazida no Decreto do PNAES não estabeleceu uma dotação específica para a assistência estudantil, apenas a possibilidade de repactuar o orçamento preestabelecido. Na prática, o atendimento aos beneficiários se faz mediante a disponibilidade de recursos, em detrimento das reais necessidades dos discentes. Para Palavezzini et al. (2019), tal lógica condiciona o programa a uma assistência meramente pontual e excludente, sobretudo para os mais necessitados.

Exemplo recente está no projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 55/2016, aprovado durante o governo de Michel Temer, estabelecendo limites para o uso de recursos públicos por período de dez anos. Estudos indicaram prejuízos da ordem de R\$ 58 bilhões de reais para a educação, comprometendo as metas do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, (CORREIO, 2018).

5.3 Programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre

No âmbito do campus de Alegre, compete à Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil, vinculada à Coordenadoria Geral de Assistência à Comunidade, estabelecer as normas do programa, bem como sua divulgação à comunidade por editais internos. A concessão do benefício corresponde ao período de um ano letivo, sendo vedada sua renovação. Sua continuidade exige do discente a participação em novo edital.

Observou-se que até a regulamentação trazida pelo Decreto 7.234/2010, as ofertas de programas assistenciais eram realizadas de maneira pontual e isoladamente por cada instituição de ensino, cabendo aos gestores alocarem parte dos recursos de custeio para financiar os benefícios aos discentes.

Nesse sentido, cabe ressaltar o papel social do campus de Alegre sempre atuante no atendimento aos seus discentes, sobretudo daqueles com maior fragilidade socioeconômica. Consultando seu histórico, verificou-se que desde os tempos como Escola Agrotécnica havia a oferta de auxílios como apoio financeiro, alimentação, transporte escolar, serviço de xerox, assistência médica e internato, sendo este último exclusivo para os discentes do sexo masculino que cursavam os ensinos médio e técnico.

Com a criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), os programas assistenciais do campus ganharam o status de política pública, tendo seus objetivos e metas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes (PDI 2009/2013).

O primeiro edital de assistência estudantil atendendo aos critérios do PNAES foi lançado em 2013, ofertando os programas de auxílio-moradia, auxílio transporte e auxílio material didático/uniforme para os discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e cursos de graduação. Desde então o campus tem pautado pela continuidade dos programas, disponibilizando-os em dois segmentos distintos: a) pelo repasse de ajuda financeira; b) pela oferta de serviços.

A ajuda financeira tem como objetivo subsidiar os discentes, contribuindo nas despesas relacionadas à aluguel de moradia e utilização de transporte pago. Por cada benefício concedido, o aluno recebe o valor de R\$ 100,00 através de reembolso, mediante comprovação de despesa.

Dentre às ofertas de serviços, duas merecem especial destaque: a) alimentação escolar, oferecida gratuitamente para todos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, assim como para um número definido de graduandos contemplados pelo programa; b) transporte escolar diário, disponibilizado para conduzir todos os discentes do campus entre a sede do município e o campus de Alegre.

A tabela 01 relaciona o número de vagas disponibilizadas para os programas de auxílio moradia, transporte e alimentação no período de 2015 a 2019.

Tabela 1 - Quantitativo de vagas dos auxílios moradia, transporte, alimentação no período de 2015 a 2019

Ano	Moradia	Transporte	Alimentação
2015	100	100	-
2016	130	130	100
2017	130	130	100
2018	130	130	100
2019	130	130	130

Através do gráfico 2, é possível visualizar o volume de recursos disponibilizados pela Reitoria do Ifes para financiamento dos programas de assistência estudantil do campus no período de 2019 a 2019.

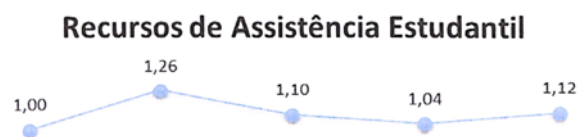


Gráfico 2 - Volume de recursos disponibilizados para financiamento dos programas de Assistência Estudantil do campus (2015 a 2019)

A partir de 2016, houve um declínio no volume de recursos disponibilizados, como reflexo das metas de crescimento não alcançadas pelo Ifes. Apesar da redução, o campus vem mantendo a oferta dos programas de atenção primária, além de outros benefícios.

6 MÉTODO

Esta seção versará sobre a metodologia utilizada, reiterando o objetivo geral e as questões que delimitaram este estudo, assim como apresenta os seguintes desdobramentos: a perspectiva metodológica; os participantes da pesquisa; os instrumentos utilizados para coleta de dados; os procedimentos éticos observados para realização da pesquisa, além da descrição da análise de dados.

Perspectiva metodológica

A abordagem adotada neste trabalho foi de caráter qualitativo, que proporciona a real relação entre teoria e prática, oferecendo ferramentas eficazes para a interpretação das questões educacionais (OLIVEIRA, 2009). Para Minayo (2010, p. 57), o método qualitativo, "além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação".

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 2003).

Outro aspecto desta pesquisa é sua natureza exploratória, por possibilitar uma aproximação da realidade dos discentes no que concerne à assistência estudantil. Segundo Aaker et al. (2004), a pesquisa exploratória costuma envolver uma abordagem qualitativa, caracterizando-se pela ausência de hipóteses. Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias.

Participantes

Participaram da pesquisa 72 discentes maiores de 18 anos regularmente matriculados nos cursos de Graduação do Ifes campus de Alegre, Tecnólogo em Cafeicultura (CAFÉ), Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), Licenciatura em Ciências Biológicas (LCBIO), Bacharel em Ciências Biológicas (BCB) e Engenharia de Aquicultura (AQUI), beneficiários dos auxílios moradia, transporte e alimentação no período de 2015 a 2019.

A delimitação do estudo para todos os cursos de graduação teve por objetivo abranger mais participantes, haja vista que os programas assistenciais do campus também beneficiam discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Instrumentos de coleta de dados

Os métodos para coleta de dados configuram-se como um conjunto de regras ou processos utilizados para a realização de pesquisas científicas. Para esse fim, diferentes técnicas podem ser empregadas, sendo usualmente utilizadas entrevistas, questionário, observação e pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Para a construção do perfil socioeconômico dos beneficiários, foram analisadas as entrevistas sociais referentes ao processo seletivo para concessão de Programas de Atenção Primária do campus, do ano 2019, assim como informações adicionais colhidas nos departamentos de assuntos pedagógicos e psicossocial do campus.

Também foram consultados documentos oficiais como Leis, Decretos e Portarias, além de outros que tratam da implantação e implementação de programas de AE no Ifes e em âmbito nacional. Conforme Gil (1999), a pesquisa documental se apropria de materiais

desprovidos de tratamento analítico, podendo ser reformuladas conforme os objetivos da pesquisa. Para Lakatos e Marconi (2001), tal pesquisa se traduz pela coleta de dados em fontes primárias, com documentos originários de arquivos públicos ou particulares, assim como fontes estatísticas.

Para coleta de dados acerca da percepção dos beneficiários, foi elaborado questionário adaptado de Torezani (2015) e Conceição (2017), com perguntas abertas e fechadas sobre a temática da pesquisa (Apêndice B).

Segundo Gil (1999, p.128), o método de questionário pode ter a seguinte definição: “Uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Em 2013, os mesmos autores complementam que o questionário "é um instrumento de coletas de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador". A aplicação de um questionário permite recolher uma amostra dos conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos. Desse modo, é importante ter em conta o que se quer e como se vai avaliar, devendo haver rigor na seleção do tipo de questionário a aplicar, de modo a aumentar a credibilidade do mesmo. Existem três tipos de questionários: questionário aberto, fechado e misto.

Marconi e Lakatos (1996, p. 88) trazem a seguinte definição para o questionário estruturado:

"[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador". Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado.

De forma idêntica, Cervo e Bervian (2002, p. 48) argumentam que o questionário se refere à:

"[...] um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche". Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

O questionário também possui alguns inconvenientes, dentre os quais podem ser citados: o anonimato não assegura a sinceridade das respostas obtidas; ele envolve aspectos como qualidade dos interrogados, sua competência, franqueza e boa vontade; os interrogados podem interpretar as perguntas à sua maneira; alguns temas podem deixar as pessoas incomodadas; há uma imposição das respostas que são predeterminadas, além de poder ocorrer um baixo retomo de respostas (LAVILLE; DIONNE, 1999; MALHOTRA, 2001).

Procedimentos

Em observância aos princípios éticos, esta pesquisa foi previamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com os Seres Humanos - CEP/Ifes, para análise e parecer (Anexo B). Também foi solicitada à Direção-Geral do Ifes campus de Alegre autorização para que a pesquisa fosse realizada na instituição (Anexo A).

A pesquisa foi aplicada na primeira semana de novembro de 2019, no período de prestação de contas dos beneficiários junto à Comissão Gestora de Assistência Estudantil. Conforme previsto nos editais de AE do campus, as prestações de contas ocorrem entre o primeiro e o quinto dia útil de cada mês, nos seguintes locais e horários: Ambulatório Médico, das (08:00h às 16:00h) e Coordenação dos Cursos Superiores, das (16:00h às 22:00h).

Foi realizada uma breve apresentação sobre a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada discente (Apêndice A), convidando-o a participar. Após os esclarecimentos e concordância do mesmo, o TCLE e questionário foram devidamente entregues.

Análise dos dados

Os dados obtidos a partir das entrevistas sociais dos beneficiários foram tabulados em planilha eletrônica (Microsoft Excel) e posteriormente realizada a frequência pelo programa SAS (2002).

As respostas dos questionários foram analisadas de acordo com a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011, p. 48), tendo as respostas e categorias agrupadas em frequências simples e percentuais. Segundo a autora, a Análise de Conteúdo pode ser definida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para Chizzotti (2010, p. 114), a Análise de Conteúdo se constitui como a interpretação do conteúdo de um texto a partir de seus termos mais elementares, utilizando técnicas sistemáticas para extração de significados temáticos ou significantes lexicais.

Na análise dos resultados (respostas às perguntas abertas e fechadas) foram observadas as três etapas inerentes ao processo da Análise de Conteúdo, sendo elas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretação, conforme verificado na figura 7

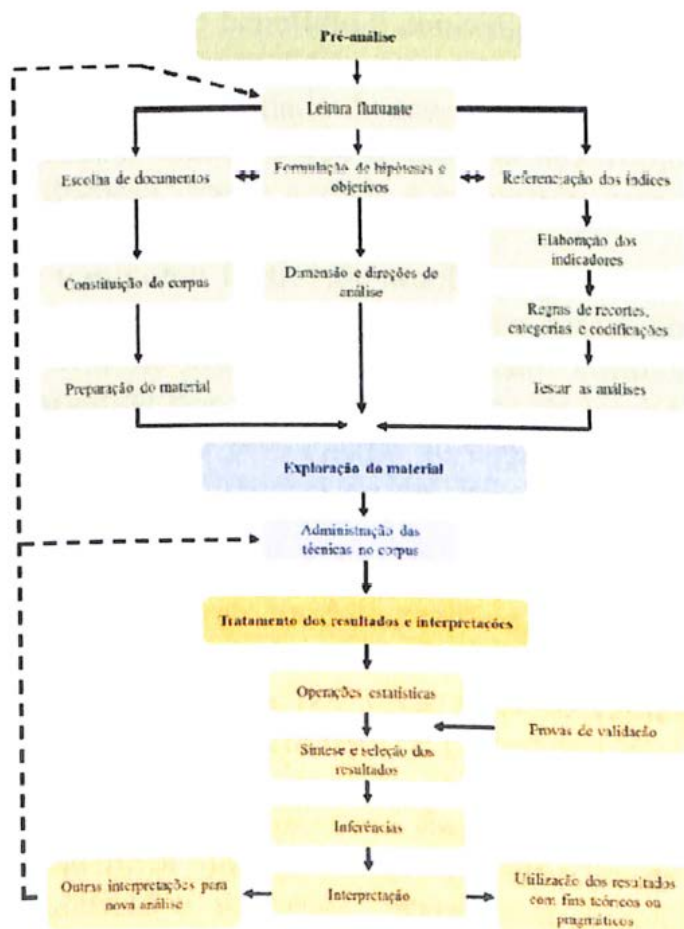


Figura 7 - Desenvolvimento de uma Análise de Conteúdo.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 Perfil socioeconômico dos discentes de graduação beneficiários do programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre

Nesse capítulo, apresentaremos a descrição do perfil socioeconômico dos discentes beneficiários pelo programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre, mediante análise dos dados referentes ao processo seletivo do ano 2019.

Os Programas Específicos de Atenção Primária (Resolução nº 19/2011) são destinados aos discentes regularmente matriculados no campus, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Dentre as finalidades do Programa de Assistência Estudantil do campus estão: a) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, favorecendo para a permanência do estudante no campus até a conclusão do curso; b) diminuir a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório por razões socioeconômicas; c) reduzir o tempo médio de permanência do estudante entre o ingresso e a conclusão do curso.

O programa é disponibilizado anualmente aos discentes por meio de processo seletivo, possui duração de 10 meses para os cursos de graduação e baseia-se nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação e Auxílio Didático e Uniforme.

Auxílio Moradia: tem por objetivo contribuir para a permanência do discente de graduação na instituição de ensino. O benefício é concedido a quem residir ou possuir grupo familiar em local que inviabilize o acesso diário ao campus em horário regular das atividades acadêmicas, seja pela distância ou dificuldade de acesso à transporte, necessitando residir em república ou moradia alugada. O aluno recebe o valor de R\$ 100,00 através de reembolso, mediante comprovante de despesa, sendo vedada a concessão para quem residir na sede do município de Alegre.

Auxílio Transporte: tem como finalidade auxiliar o processo de ensino-aprendizagem do aluno em vulnerabilidade social, contribuindo para sua formação por meio do custeio de transporte e acompanhamento de frequência. O discente contemplado que não possuir gratuidade de transporte garantida por ações provenientes de iniciativas públicas municipais ou estaduais e necessite de transporte para chegar ao campus e retomar a sua residência de origem, recebe reembolso com valor mensal de até R\$ 100,00, mediante comprovação de despesas.

Auxílio Alimentação: tem por finalidade fornecer ou subsidiar, parcial ou totalmente, recursos para gastos com alimentação de modo a propiciar ao aluno de graduação condições para o complemento das atividades escolares. Os contemplados com o benefício recebem isenção de 100% dos R\$ 3,00 cobrados por cada refeição (almoço e jantar) servida no restaurante do campus, por meio do fornecimento de carteirinha específica, cabendo ao aluno zelar por sua guarda e manutenção.

O Auxílio Didático e Uniforme tem como finalidade contribuir para a equidade nos processos de formação acadêmica dos discentes em situação de vulnerabilidade social, facilitando o acesso a materiais e uniforme, necessários à sua formação. Ao discente contemplado com o programa é concedido reembolso único no valor fixo de R\$ 70,00.

Em 2019, foi disponibilizado pelo programa de AE do campus, um quantitativo de vagas (Tabela 02) para livre concorrência entre os discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e de graduação. Conforme observado, a oferta para cada auxílio mostrou-se insuficiente para atender toda a demanda.

Tabela 2 - Número de discentes inscritos para o programa e quantitativo de vagas disponibilizadas no ano 2019

Discentes	Moradia	Transporte	Alimento	Auxílio Didático
Inscritos	197	232	178	212
Contemplados	130	130	130	100

Também, em 2019, havia no campus um total de 388 alunos de graduação, distribuídos entre os cinco cursos oferecidos, da seguinte maneira: Engenharia de Aquicultura (AQUI) com 72 alunos, Bacharel em Ciências Biológicas (BCB) com 20 alunos, Tecnólogo em cafeicultura (CAFÉ) com 72 alunos, Licenciatura em Ciências Biológicas (LCBIO) com 144 alunos e Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) com 80 alunos.

Através do resultado do edital, verificou-se que 365 alunos de graduação foram contemplados com o programa de AE, sendo 88 de Auxílio Moradia, 88 de Auxílio Transporte, 130 de Auxílio Alimentação e 59 de Auxílio Didático e Uniforme, conforme demonstrado no gráfico 3.

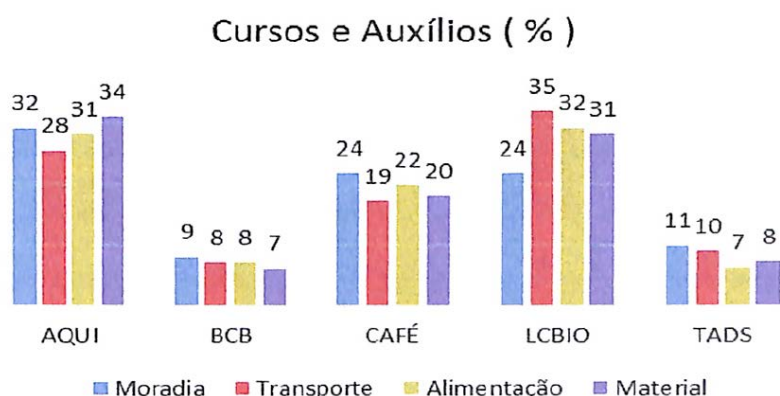


Gráfico 3 - Distribuição dos auxílios por cursos de graduação

Os indicadores socioeconômicos dos beneficiários foram elencados nas seguintes categorias: sexo; faixa etária, estado civil e filho; provedor e grupo familiar; trajetória escolar; renda per capita; trabalho e bolsa; distribuição regional, situação de moradia e transporte utilizado.

No que se refere à distribuição por **sexo** (Gráfico 4 A), observou-se a predominância feminina com 59, 1 % entre os 88 alunos beneficiários. Em pesquisa similar realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Conceição do Araguaia, Conceição (2017) identificou que o quantitativo entre os sexos foi praticamente igual, com apenas 1 % a mais para o grupo feminino. Segundo a autora, apesar da diferença mínima, os resultados indicaram uma tendência nacional da predominância das mulheres. De acordo com Barreto (2014) e o relatório do FONAPRACE (2018), a presença majoritária feminina nas IFES é plausível, uma vez que também são maioria no ensino médio, enquanto estudantes do sexo masculino, egressos ou evadidos, são inseridos precocemente no mercado de trabalho. Ainda segundo o relatório, entre os anos 2014 e 2018 houve um aumento na proporção feminina de estudantes de graduação na região sudeste.

Observa-se no gráfico 4 B a predominância feminina nos cursos de Licenciatura e Bacharel em Ciências Biológicas, enquanto nos demais cursos a frequência entre homens e mulheres se equivale. A presença massiva de mulheres nos cursos de Licenciatura se confirma nos resultados do Senso da Educação Superior do INEP (2018). Segundo o estudo, 71,3% das

matrículas em cursos de licenciatura são do sexo feminino, enquanto 28,7% são do sexo masculino.

Ao analisar a interação sexo e renda (Gráfico 4 C), verificou-se que o segmento feminino também foi maioria nas três faixas de renda entre os alunos beneficiários. Contudo, na faixa de renda C foi encontrado apenas o sexo feminino. Esses resultados evidenciam que 3,4% das beneficiárias possuem renda per capita maior que os do sexo masculino.

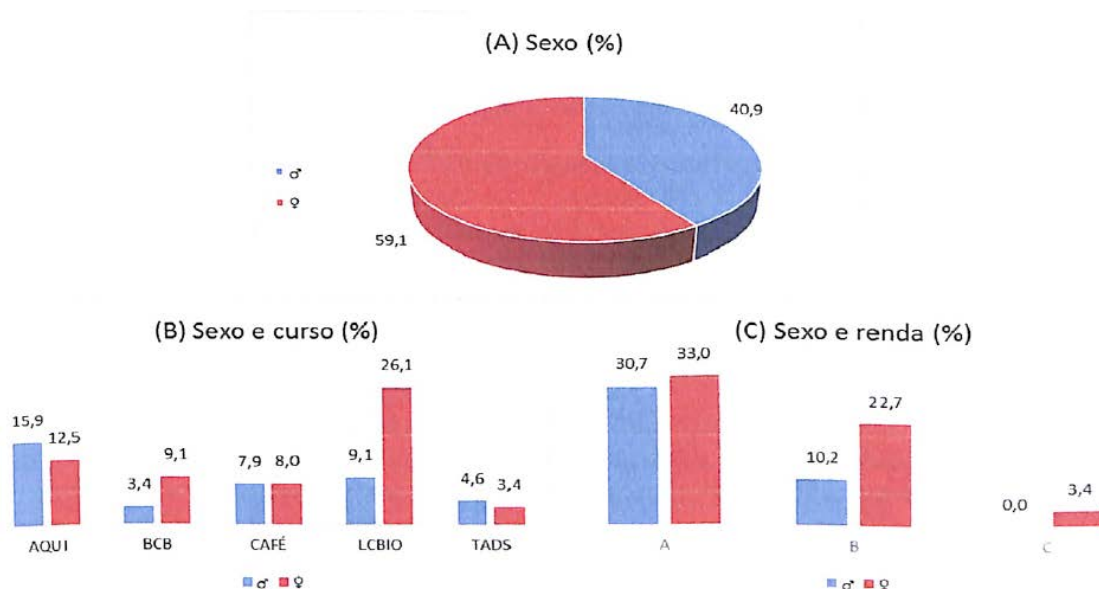


Gráfico 4 -Distribuição dos beneficiários por: (A) Sexo, (B) Sexo e Cursos e (C) Sexo e Renda

Ao analisar a **idade** dos beneficiários, apurou-se que as faixas etárias de 18 a 21 anos e 22 a 26 anos constituíram a grande maioria dos discentes, com 86,4%, enquanto a menor porcentagem (13,6%) englobou a faixa etária de 27 a 40 anos (Gráfico 5 A).

Os dados demonstraram que o corpo discente do campus é constituído essencialmente por jovens e que o acesso à graduação vem ocorrendo de maneira ininterrupta ao ensino médio. Resultados semelhantes foram encontrados por Dumaresq (2014), cuja pesquisa no IFCE identificou que 96% dos alunos que cursam a graduação encontram-se em maioria na faixa etária de 19 a 27 anos.

Realizando a interação entre cursos e faixa etária (Gráfico 5 B), aferiu-se que os cursos de AQUI e BCB tendo dez períodos e LCBIO oito períodos, possuem alunos beneficiários distribuídos nas três faixas etárias. Contudo, nos cursos na modalidade de tecnologia em CAFÉ e TADS com duração de seis períodos, não foram encontrados alunos beneficiários com idade entre 27 a 40 anos.

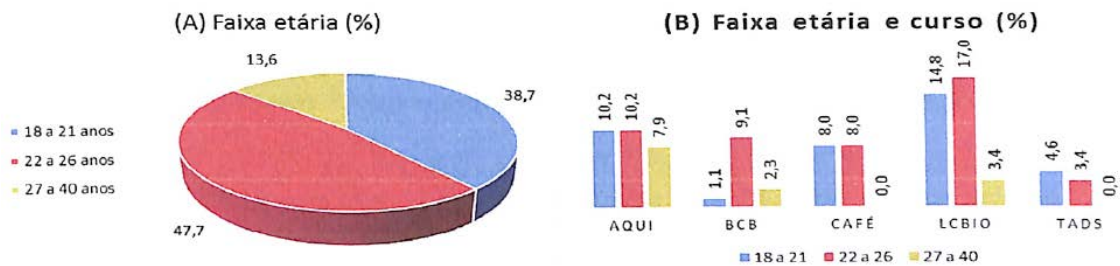


Gráfico 5 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Faixa etária, (B) Faixa etária e Cursos

Em relação ao **estado civil** e **paternidade** dos beneficiários, constatou-se os seguintes valores: a) os solteiros constituíram a quase totalidade dos discentes beneficiários com 97,7% dos indivíduos, enquanto os casados corresponderam a (2,3%); b) entre os 88 beneficiários, três com idades de 23, 28 e 31 anos tinham filhos, enquanto 96,6% não possuíam filho. Os resultados demonstram similaridade com o relatório nacional do FONAPRACE (2018) nos seguintes aspectos: No ano 2014, 89,58% dos graduandos da região sudeste eram solteiros, enquanto em 2018 totalizavam 89,40%. O mesmo relatório de 2018 apontou que entre os graduandos solteiros somente 3,90% possuíam filho.

No que diz respeito ao **provedor do grupo familiar** (Gráfico 6 A), foi observado que os pais eram os provedores da maior parcela (80,7%) entre os 88 beneficiários pela AE, tendo como exceção 12 alunos que se declararam independentes financeiramente, além de cinco que receberam ajuda de outros familiares.

Ao analisar o grupo familiar (Gráfico 6 B), observou-se que 42,1% das famílias dos alunos beneficiários eram formadas por quatro membros, correspondendo ao maior valor. As famílias com um e seis membros foram as que apresentaram os menores valores, 3,4% e 1,1%, respectivamente.

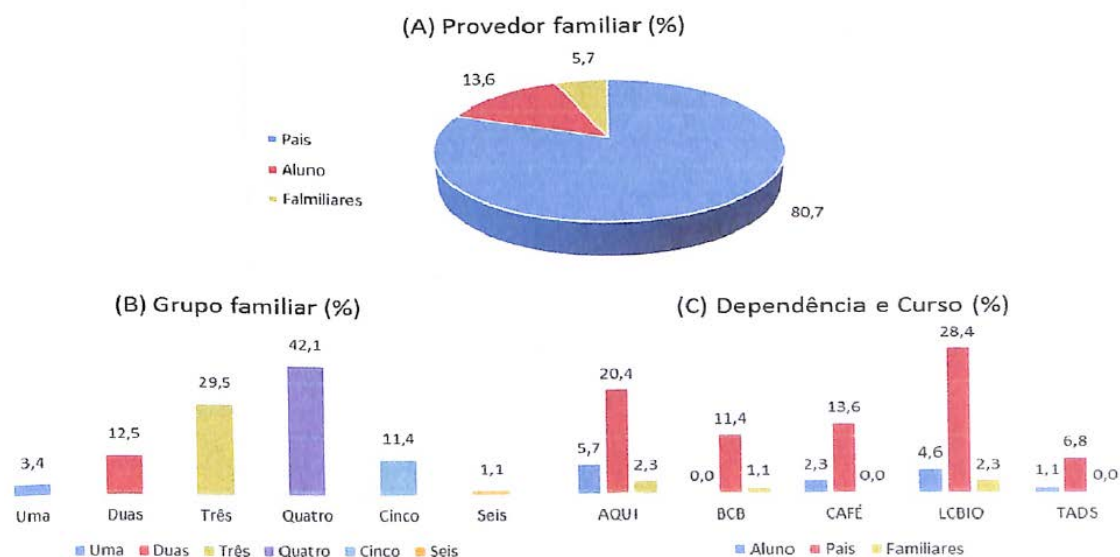


Gráfico 6 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Provedor familiar, (B) Grupo familiar e (C) Dependência financeira e Cursos

Das interações do provedor familiar em relação aos cursos ofertados, verificou-se no gráfico 6 C) que: a) a parcela de alunos dependentes encontrou-se distribuída em todos os cursos de graduação; b) no curso de BCB não havia nenhum aluno independente; e) nos cursos TADS e CAPE não foram registrados nenhum beneficiário que fosse dependente de outros familiares.

No que se refere à condição de renda (Gráfico 7 A), os resultados mostraram que 63,6% dos beneficiários possuíam renda per capita de até meio salário mínimo, 33,0% estavam inseridos na faixa B e apenas 3,4% com renda superior, atendendo ao estabelecido pelo artigo 5º do PNAES, como critério para inclusão de discentes no programa de assistência estudantil. Resultados semelhantes foram encontrados por Nascimento (2014) no IF do Sergipe, campus de Aracaju, e Souza (2017) no IF Pará, constatando que os alunos estavam dispostos nas duas faixas de renda. Souza (2017) ainda afirma ser perceptível que os Institutos Federais vivenciem uma realidade com um perfil de renda extremamente heterogêneo, uma vez que a inserção socioterritorial desses institutos se faz predominantemente em localidades de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e alto índice de pobreza.

Os cursos de graduação AQUI, BCB e TADS tiveram beneficiários nas três faixas de renda. Contudo, alunos beneficiários dos cursos de CAFÉ e LCBIO não apresentaram renda acima de um salário mínimo (Gráfico 7 B). Souza (2017) observou no curso de licenciatura em Ciências Biológicas que 55,5% dos beneficiários possuíam faixa de renda abaixo de 1 SM. Contudo, em todos os cursos ofertados pelo campus de Alegre, a maior concentração de beneficiários foi encontrada na faixa A.

Assim, estes números evidenciam que os estudantes oriundos de famílias socialmente vulneráveis estão tendo mais oportunidades de realizar cursos de graduação, melhoria da qualificação e capacitação para o ingresso no mercado de trabalho, resultando em novas perspectivas de vida.

Acerca da **trajetória escolar** (Gráfico 7 C), observou-se que dentre os 88 beneficiários que cursaram o ensino médio, 93,1% eram oriundos da rede pública. Os dados da pesquisa estão de acordo com o relatório do FONAPRACE (2018) que destaca um percentual de 82,7% dos estudantes que frequentaram somente escolas públicas, cuja renda mensal per capita é de "até meio salário mínimo", enquanto 82,5% dos que frequentaram o ensino médio somente em escolas públicas correspondem à faixa de "até um salário mínimo e meio" definida pelo PNAES como sendo economicamente vulnerável.

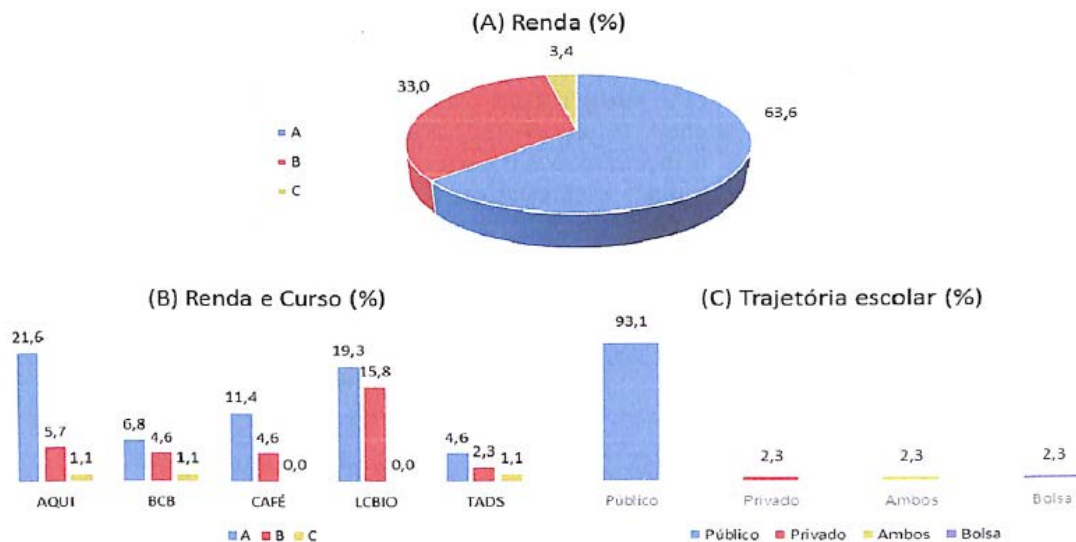


Gráfico 7 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Renda, (B) Renda e Cursos e (C) Trajetória escolar

Observa-se no gráfico 8 A que 90,9% dos beneficiários não **trabalhavam** demonstrando a dificuldade de se conciliar trabalho com as atividades acadêmicas. Verifica-se no gráfico 8 C que apenas 8 alunos exerciam algum ofício, sendo dois como atividade formal, um no curso de AQUI e outro no curso do TADS. Quanto à informalidade, foram identificados três alunos na AQUI, dois na LCBIO e um no CAFÉ. Aparentemente, os cursos em período integral AQUI e BCB seriam um empecilho para que o aluno exercesse qualquer atividade remunerada, enquanto os cursos em único período, CAFÉ, TADS e LCBIO, com maior flexibilidade, dariam essa possibilidade aos discentes.

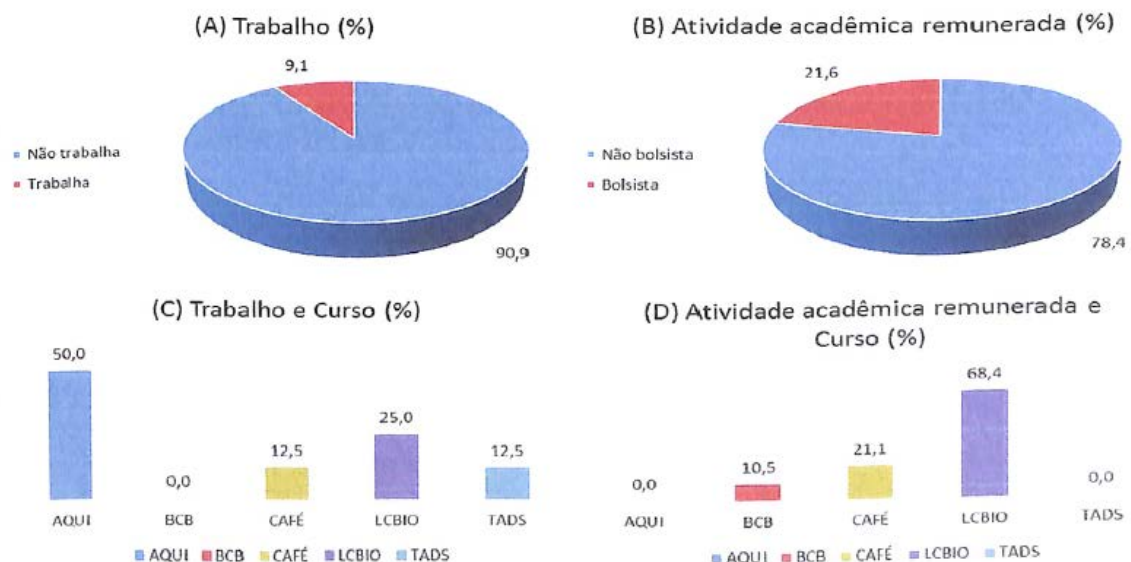


Gráfico 8 - Distribuição dos beneficiários por: (A) Trabalho, (B) Atividade acadêmica remunerada, (C) Trabalho e Curso e (D) Atividade acadêmica remunerada e Curso

Ainda que não se configurem como políticas públicas, as **atividades acadêmicas remuneradas** como: PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação); PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica); PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência); Programa de Residência Pedagógica; Monitoria e Estágio Remunerado representam um aporte financeiro significativo, sobretudo para o discente desfavorecido economicamente. Constatou-se que 21,6% dos beneficiários exerciam alguma atividade acadêmica remunerada (Gráfico 8 B). Desses, 13 eram do curso de LCBIO, quatro do curso de CAFÉ e dois do curso de BCB, enquanto os cursos de TADS e AQUI não possuíam bolsistas (Gráfico 8 D).

Em relação à **distribuição regional**, observa-se no gráfico 9 A que 88,5% dos beneficiários eram oriundos do estado do Espírito Santo distribuídos em 23 municípios, sendo 21,6% pertencentes ao município de Alegre. Os demais 11,5% eram provenientes de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

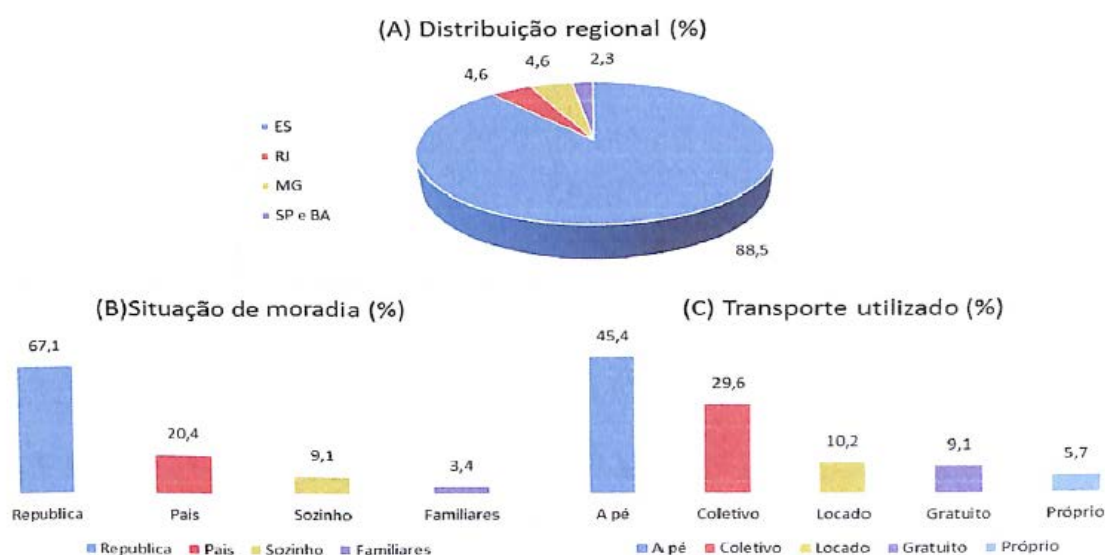


Gráfico 9 -Distribuição dos beneficiários por: (A) Distribuição regional, (B) Situação de moradia e (C) Transporte utilizado

Analisando a **situação de moradia** (Gráfico 9 B), verificou-se que 67,1 % dos beneficiários residiam em república, compartilhando o imóvel com outros discentes. Os que viviam com os pais correspondiam a 20,4%, sendo a grande maioria no município de Alegre. Quanto aos demais, 9,1 % residiam sozinhos e 3,4% com familiares.

Quanto ao **transporte**, (Gráfico 9 C), 45,4% dos beneficiários por residirem no distrito de Rive, faziam o deslocamento a pé ou bicicleta até o campus. A parcela que utilizava transporte pago (coletivo ou locado) correspondia à 39,8%, enquanto 14,8% era beneficiada com transporte gratuito ou possuía locomoção própria.

Nesse sentido, os resultados demonstraram a relevância dos programas em subsidiar condições básicas que possibilitem ao discente dar continuidade em sua trajetória acadêmica.

Compreender os diversos aspectos sociais do corpo discente são condições determinantes para que o campus possa elaborar o planejamento estratégico de sua política de assistência estudantil, sobretudo quanto à implementação de modalidades de auxílio.

7.2 Percepção dos discentes de graduação beneficiários do programa de Assistência Estudantil do Ifes campus de Alegre

Mediante o esforço de buscar compreender a percepção dos discentes beneficiários da Assistência Estudantil dos cursos de Graduação do Ifes campus de Alegre, foi elaborado questionário com perguntas abertas e fechadas, destinado aos alunos dos cursos de Engenharia de Aquicultura (AQUI), Bacharel em Ciências Biológicas (BCB), Tecnólogo em cafeicultura (CAFÉ), Licenciatura em Ciências Biológicas (LCBIO) e Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistema (TADS).

Participaram da pesquisa um total de 72 discentes, sendo 32 do sexo masculino e 40 do sexo feminino, amostra equivalente a 81,82% do total de beneficiários pela AE com os auxílios moradia, transporte e alimentação. A distribuição dos participantes por faixa etária é descrita na Tabela 03, sendo que discentes com idade superior a 29 anos não constaram entre os respondentes.

Tabela 3 - Distribuição dos participantes por faixa etária.

Faixa etária	Número	Percentual
22 a 26 anos	34	47,22
18 a 21 anos	31	43,06
27 a 29 anos	07	9,72
Total,	72	100

Conforme se observa no gráfico 10, 30,6% (22 discentes) foram contemplados com os três auxílios de modo concomitante, enquanto 2,8% (dois discentes), beneficiários em anos anteriores, não receberam nenhum auxílio em 2019. Verificou-se que a manutenção do benefício não se vinculou ao tempo da graduação, mas pela reavaliação socioeconômica de cada discente. Tal condição se confirma na fala de Nascimento (2012), ao descrever o aspecto excludente da Assistência Estudantil:

Sua face inclusiva se dá por, de fato, atender às necessidades [...] dos estudantes. Por outro lado, ao estruturar-se por critérios de elegibilidade manifesta sua face de exclusão (NASCIMENTO, 2012, p.149).

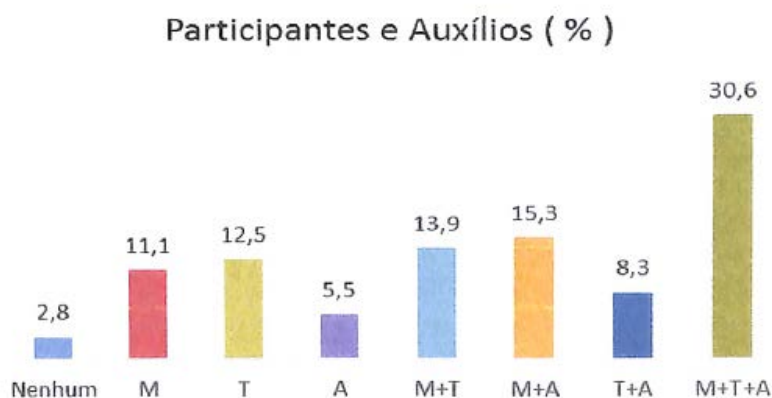


Gráfico 10 - Participantes da pesquisa e Auxílios: Nenhum, M (moradia), T (transporte), A (alimentação), M+T (moradia e transporte), M+A (moradia e alimentação), T+A (transporte e alimentação) e M+T+A (moradia, transporte e alimentação)

A seguir, serão mostrados os resultados da pesquisa por meio de frequência e categorização das respostas dadas pelos alunos participantes, divididos em quatro seções: a primeira seção teve por objetivo verificar o conhecimento do aluno em relação ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, bem como à Resolução do Conselho Superior que regulamenta a AE no âmbito do Ifes; na segunda seção, o foco foi investigar, na perspectiva dos respondentes, os efeitos da AE na permanência no curso; a terceira seção teve por finalidade avaliar os auxílios ofertados pelo campus e, na quarta e última seção, analisar a percepção dos participantes sobre a gestão da AE no campus de Alegre. De modo a preservar o anonimato dos participantes, a inserção de respostas ao texto foi feita sem qualquer identificação com seus respondentes.

A primeira seção teve por objetivo verificar os conhecimentos dos participantes em relação a legislação que trata do programa de AE, voltados para o Decreto nº 7234/2010, a resolução nº 19/2011 do Conselho Superior e os objetivos do campus na oferta dos auxílios.

Quanto à avaliação do conhecimento dos discentes pesquisados sobre o Decreto nº 7.234/2010 (Tabela 04), verificou-se a preponderância do quantitativo em percentual de alunos que desconheciam o referido decreto, qual seja: 70,83%, enquanto 27,78% afirmaram ter conhecimento. Estes resultados nos remetem ao exposto por Conceição (2017), que questionou os alunos do curso de Agronomia do IFPA, obtendo um quantitativo de 58,33% de estudantes que não haviam lido o documento, mas que haviam ouvido sobre o mesmo. Observa-se, nesse contexto, que a maioria dos alunos não conhece a finalidade do PNAES que é "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal".

Resultados semelhantes foram observados por Almeida (2013), ao avaliar a implementação da assistência estudantil na UFPR. Verificou-se que 66,87% da amostra consultada afirmou desconhecer o PNAES. Para a autora, tal condição demonstra que os estudantes de graduação desconhecem seus direitos, uma vez que muitos consideraram a oferta dos benefícios como "dados" pela instituição.

Tabela 4 -Respostas surgidas da pergunta: Você conhece o Decreto (7.234/2010) que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES no Brasil?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não conhece	51	70,83
Conhece	20	27,78
Não respondeu	01	1,39
Total	72	100,

Nessa perspectiva, ainda sobre o conhecimento dos discentes, agora em relação à Resolução nº 19/2011 do Ifes (Tabela 05), quando interrogados responderam em grande maioria (61,11%) que a desconheciam, seguidos de 37,50% que tinham conhecimento, além de um aluno que não respondeu.

Em pesquisa no IFPA, Conceição (2017) identificou que 43,75% dos participantes desconheciam a Legislação responsável pela implantação da assistência estudantil no campus., 47,92% tinham ouvido sobre o tema, enquanto apenas 8,33% declararam de fato conhecê-la.

Considerando as percepções apontadas acerca das normatizações da AE, seja no âmbito do PNAES ou do Ifes, consideramos que o processo para divulgação e esclarecimento do programa entre os discentes deveria ser reavaliado, de modo a possibilitar um maior alcance dos objetivos propostos pela AE, qual seja, garantir ao estudante o direito de acesso e permanência na graduação.

Tabela 5 -Respostas surgidas da pergunta: Você conhece a Resolução do Conselho Superior (19/2011), que regulamenta a Assistência Estudantil no âmbito do Ifes?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não conhece	44	61,11
Conhece	27	37,50
Não respondeu	01	1,39
Total	72	100,

Na sequência, os participantes foram questionados sobre o objetivo do Programa de AE desenvolvido no campus de Alegre. Conforme se observa, as categorias criadas apontaram que para 48, 11 % dos participantes a finalidade do programa seria ajudar financeiramente aos alunos, 45,28% relataram que seria pela permanência nos cursos, enquanto 6,61 % acreditaram que seria para incentivar os estudos (Tabela 06).

Vale destacar algumas respostas com as considerações dos participantes que possibilitaram identificar as três categorias atribuídas como sendo as finalidades do programa:

"Auxiliar o estudante para que tenha apoio financeiro e continue progredindo com seus estudos, sem a preocupação de precisar parar seus estudos para conseguir manter suas condições básicas".

"O objetivo é ajudar aqueles alunos de baixa renda a se manterem estudando, pois muitos não conseguem se manter até o final do curso".

"O objetivo principal é fazer com que o aluno continue no curso, caso não tenha condições de se manter na faculdade".

"Incentivar e ajudar a quem busca estudar, quem muitas vezes não tem condições ou precisa de ajuda financeira".

"Oferecer uma ajuda financeira para o estudante, assim incentivando a realização de seus estudos".

Percebe-se, na fala dos discentes, um entendimento da AE ofertada pelo campus como uma ajuda ou auxílio aos estudantes com maior carência socioeconômica, que visa contribuir para a permanência destes na graduação. Ao que se observa, a AE não foi entendida como política pública, a qual deve assegurar direitos que ultrapassem a esfera financeira. Dessa forma, a falta de entendimento da AE enquanto direito estabelecido fragiliza sua efetiva reivindicação por aqueles que devem ser assistidos, reduzindo a condição de sua oferta como simples assistencialismo.

Esses resultados corroboram com Lorenzoni et al. (2018), que relatam existir certa dificuldade em se compreender as políticas públicas enquanto promotoras de direitos. Também consideram equivocado o entendimento que muitos fazem da AE como sendo caridade ou compaixão. Para as autoras, desmistificar a AE requer uma ampla participação da comunidade acadêmica, maior compromisso com a integração social, ampliação da oferta de serviços e uma justa distribuição de renda entre os discentes mais vulneráveis.

A política de assistência estudantil para Macedo (2018) deve ser suficiente para combater as desigualdades sociais e econômicas entre os discentes, devendo, portanto, ser compreendida como um direito que ofereça condições de permanência na graduação para seus usuários.

Tabela 6 - Categorias surgidas da pergunta: Em sua opinião, qual é o objetivo do Programa de Assistência Estudantil desenvolvido no campus de Alegre?

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Ajuda financeira	51	48,11
Permanência do aluno	48	45,28
Incentivo aos estudos	07	6,61
Total	106	100,

Ainda em referência à primeira seção, os participantes foram questionados sobre qual conceito atribuiriam ao Programa de AE ofertado no campus. Observou-se que a grande maioria (63,89%) ficou satisfeita, avaliando o programa como ótimo e bom, (34,72%) o conceituaram como regular, enquanto um único beneficiário atribuiu o conceito ruim. Apesar de satisfatório, os resultados foram um alerta para que o campus avaliasse as possíveis causas de insatisfação dos discentes em relação ao programa (Tabela 07).

Buscou-se, portanto, compreender como os discentes avaliariam a AE do campus e como tais resultados poderiam contribuir para melhorias do programa. Para Condé (2012), a avaliação das políticas públicas tem a seguinte finalidade:

(...) o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade (CONDÉ, 2012, p. 95-96).

Na visão de Faria (2005), tal ferramenta seria essencial no aprimoramento de ações em fase de encerramento, além de fornecer elementos que contribuiriam em melhorias para políticas ou programas em funcionamento, sendo também utilizado como elemento de prestação de contas para órgãos de controle. Em última análise, poderia ser definido como instrumento gerencial para gestores governamentais.

Tabela 7 - Respostas surgidas da pergunta: Considerando as opções abaixo, que conceito você atribui ao Programa ofertado pelo campus de Alegre?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Bom	29	40,28
Regular	25	34,72
Ótimo	17	23,61
Ruim	01	1,39
Total,	72	100

Na segunda seção os participantes foram questionados em relação aos aspectos sobre a contribuição da AE, no que tange ao desempenho acadêmico e permanência no curso.

Nota-se na Tabela 08 que para 52,78% dos beneficiários a AE contribuiu significativamente, 45,83% apontaram que contribuiu parcialmente no desempenho acadêmico, tendo um respondente relatado que não contribuiu.

Tabela 8 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: O(s) benefício(s) que você recebeu contribuíram para que você tivesse um desempenho acadêmico satisfatório? Por quê?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Contribuiu significativamente	38	52,78
Contribuiu parcialmente	33	45,83
Não contribuiu	01	1,39
Total	72	100,
Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Auxilia nas despesas	54	58,70
Incentivo aos estudos	16	17,39
Permanência do aluno	09	9,78
Contribui para a autoestima	06	6,52
Valores defasados	05	5,44
Contato familiar	02	2,17
Total	92	100,

Nesse contexto, observou-se que os respondentes relataram respostas dicotômicas (Tabela 09). Verificou-se que 58,70% dos beneficiários relataram que o desempenho acadêmico estaria relacionado com o auxílio nas despesas, enquanto 5,44% relataram que os valores desses auxílios estavam defasados. Cabe ressaltar que a grande maioria dos alunos têm uma visão distorcida do PNAES, que visa reduzir a evasão e o baixo desempenho nas IFES, configurando-se numa política que assegura direitos, não como mero repasse de pecúnia para alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Esses resultados reforçam e se mostram coerentes com as respostas sobre o conhecimento do programa de AE pelos beneficiários do campus de Alegre. Percebeu-se que alguns alunos relataram que o auxílio da AE contribuiu para o incentivo ao estudo, a permanência, o contato familiar e a autoestima, para que tivessem um desempenho acadêmico satisfatório. Nessa mesma linha de considerações, foi destacado que:

"Sim, contribuiu significativamente. Simples, diminui a despesa financeira de meus pais, aumentando a autoestima".

"Sim, contribuiu significativamente. Muitas faculdades não visam o emocional dos seus alunos. Por mais que se trate diretamente do dinheiro, muitas vezes o emocional está ligado significativamente com o desempenho na faculdade".

"Sim, contribuiu significativamente. Com o auxílio é menos uma preocupação, pois caso contrário teria que trabalhar para me manter e assim teria menos tempo para estudar".

"Sim, contribuiu significativamente. Pois com esse benefício eu tenho certeza que no mês seguinte vou poder estudar, sem ter preocupação de como vou arranjar dinheiro para pagar o aluguel".

Outrossim, corroboramos com Andrade e Teixeira (2017) que apontam que a decisão de permanência no curso, o desempenho acadêmico e o próprio desenvolvimento psicossocial dos estudantes universitários são afetados por fatores contextuais, pessoais, relacionais e acadêmicos.

O desempenho acadêmico a partir da concessão do benefício também foi investigado por Torezani (2015). Daqueles que participaram de sua pesquisa, 31 % perceberam melhorias após o benefício, 24% desconsideraram tal relação, enquanto os demais afirmaram que seria

esporádica. Também foi observado que a instituição estabelecia critérios como desempenho e frequência escolar para concessão e renovação dos benefícios.

Dando continuidade aos aspectos da contribuição da AE na vida acadêmica dos discentes, observa-se na tabela 08 as frequências das respostas associadas ao desempenho acadêmico após ingresso no programa de assistência estudantil. As respostas indicaram que 34,72% dos participantes tiveram melhor desempenho com auxílio do programa, enquanto outros 62,50% afirmaram que o nível de desempenho se manteve.

Verificando os resultados, é plausível que, sob a ótica do discente, o aporte financeiro do programa tenha contribuído para um melhor desempenho na graduação. No entanto, deve-se considerar não apenas a condição socioeconômica do discente, mas um conjunto de fatores que, em maior ou menor grau, influenciam tanto o processo de aprendizagem quanto o desempenho acadêmico.

Os resultados apresentados por Conceição (2017) revelaram que o programa de AE desenvolvido no IFPA foi considerado pouco relevante ao promover melhorias no desempenho acadêmico dos discentes beneficiários, conforme afirmação de 56,25% dos que participaram da pesquisa.

Segundo Suehiro (2006), o processo de aprendizagem escolar e o desempenho acadêmico são influenciados por fatores como questões pessoais e internas do aluno, aspectos familiares e do grupo social ao qual está inserido, o ambiente escolar com suas interações e normas, além das legislações que norteiam o ensino.

Tabela 9 - Respostas surgidas da pergunta: Como ficou o seu desempenho acadêmico após seu ingresso no programa de assistência estudantil?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Se manteve	45	62,50
Melhorou	25	34,72
Piorou	01	1,39
Não respondeu	01	1,39
Total	72	100

Na sequência, quando questionados sobre a contribuição dos benefícios para a permanência no curso, 69,44% dos participantes relataram que contribuiu significativamente, 27,78% que contribuiu parcialmente, enquanto dois consideraram que não houve contribuição (Tabela 1 O). Nessa perspectiva, considera-se necessário que a assistência estudantil ofereça, pelo menos, as condições básicas para que os estudantes permaneçam na instituição e obtenham sucesso ao longo de sua trajetória acadêmica.

Tabela 10 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: O(s) benefício(s) que você recebeu contribuíram para sua permanência no curso? Por quê?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Contribuiu significativamente	50	69,44
Contribuiu parcialmente	20	27,78
Não contribuiu	02	2,78
Total	72	100,
Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Auxilia nas despesas	58	72,50
Despreocupação da família	15	18,75
Incentivo aos estudos	03	3,75
Contribui para a autoestima	03	3,75
Contato familiar	01	1,25
Total	80	100,

Ao justificar a questão anterior, 72,50% dos respondentes enfatizaram que a AE contribuiu para permanência porque auxiliava nas despesas, enquanto 27,5% descreveram outros motivos, como: incentivo aos estudos, propiciar maior contato com a família, elevar a autoestima e proporcionar menor preocupação dos familiares. A partir dessa visão dos discentes, coube discutir que além do suporte financeiro, que supriu as necessidades substanciais daqueles que se encontravam em vulnerabilidade socioeconômica, o auxílio teve um importante papel no contexto social, sobretudo, nos aspectos relacionados ao bem-estar e qualidade de vida. Compete destacar as seguintes considerações:

"Sim, contribuiu parcialmente. Por ter um auxílio seja qual for, lhe dá um pouco mais de conforto quanto aos seus gastos, reduzindo os pensamentos negativos".

"Sim, contribuiu significativamente. Pois a minha família não tinha condições e ficava preocupada".

"Sim, contribuiu significativamente. Porque essa ajuda me mantém uma vida social. Se esse recurso não sobrasse, muito provavelmente eu sairia por depressão".

Para Santos (2009), a permanência qualificada na graduação requer um mínimo de condições de subsistência, que possibilitem a aquisição de materiais didáticos, transporte e alimentação. Igualmente necessários são o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, assim como os referenciais docentes.

Considerando os fatores emocionais, Nascimento (2012) retrata que existe uma fragilidade na definição do que é assistência estudantil e sobre o que entendemos a respeito das necessidades estudantis. Assim, percebe-se o desenvolvimento psicossocial como um importante aspecto a ser analisado na avaliação de políticas públicas de inclusão, a exemplo dos programas de assistência estudantil.

A pesquisa de Dumaresq (2014) evidenciou a importância da AE para a permanência, sugerindo que uma participação em todas as atividades acadêmicas proporcionaria aos discentes uma formação mais abrangente. Os beneficiários consideraram o programa essencial, enfatizando que a pouca renda familiar não permitiria mantê-los fora de seu lugar de origem, assim como as dificuldades que teriam para conciliar trabalho com as atividades acadêmicas.

Para Brito e Barbosa (2017), os discentes foram unânimes em reconhecer a importância do benefício para a permanência na graduação. Também enfatizaram que os cursos em período integral seriam um impedimento para que tivessem acesso ao mercado formal de trabalho, evidenciando a real importância do benefício em subsidiar condições básicas de subsistência, sobretudo para aqueles oriundos de outras localidades.

Ainda em referência à segunda seção, quando perguntados se permaneceriam no curso sem o benefício, 52,78% dos respondentes (Tabela 11) afirmaram que sim. Nesse cenário percebeu-se que, mesmo com as dificuldades acarretadas, esses discentes não mediriam esforços para mudar suas condições de existência/sobrevivência. Tais resultados demonstraram consonância com Araújo (2016) e Conceição (2017) ao descrever que o êxito na educação superior representaria, para o estudante socialmente vulnerável a única possibilidade de ascensão social e melhoria da qualidade de vida.

Ao mesmo tempo, 45,83% dos participantes afirmaram que sem o benefício a permanência não seria possível. Enfatiza-se que esse grupo considerou a manutenção do benefício fator determinante para a continuidade na graduação, reiterando a relevância do programa como mecanismo para reduzir a evasão escolar.

Nesse sentido, Estrada e Radaelli (2017) obtiveram em sua pesquisa resultados superiores aos encontrados neste trabalho, que demonstraram que 80% dos participantes confirmaram a impossibilidade de permanecer na graduação sem o benefício. Além da condição financeira, fatores como o tempo necessário para se graduar, a falta de identificação com o curso ou sua visibilidade econômica, bem como a dificuldade para conciliar trabalho e estudo seriam determinantes para justificar a evasão ou trancamento de matrícula.

Tabela 11 -Respostas surgidas da pergunta: Se você não estivesse no programa, teria saído do curso?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	38	52,78
Sim	33	45,83
Não respondeu	01	1,39
Total	72	100,

Na terceira seção foram questionados sobre os auxílios moradia e transporte ofertados pelo campus, considerando a suficiência destes para atender despesas relacionadas com residência e locomoção (Tabela 12). Para a grande maioria (76,39%) dos participantes, os valores foram considerados insuficientes.

Tabela 12 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: Os valores dos auxílios ofertados são suficientes para atender satisfatoriamente as suas despesas com moradia e transporte? Por quê?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	55	76,39
Sim	14	19,44
Não respondeu	03	4,17
Total	72	100,
Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Apenas uma contribuição	56	80,00
Valor suficiente	10	14,28
Reajuste dos auxílios	02	2,86
Processo burocrático	01	1,43
Requer ajuda da família	01	1,43
Total	70	100,

Ainda sobre a suficiência dos valores ofertados, 80% dos participantes apontaram que seria apenas uma contribuição, para 14,28% o valor seria suficiente, 1,43% questionaram a burocracia do processo, enquanto 1,43% consideraram a necessidade de reajustes, tendo que recorrer à ajuda da família. A partir desses resultados, observou-se que os valores não corresponderam aos anseios esperados pelos beneficiários. Nesse contexto, destacou-se:

"Porque o aluguel e transporte ficam além do valor do auxílio. Porém é uma ajuda muito importante".

"Ajuda muito, mas meu pai tem que arcar com a outra metade do aluguel e minha mãe com o transporte".

"Eu tenho que complementar fazendo algumas coisas por fora, mas no geral me ajuda bastante porque é um dinheiro fixo".

"A ajuda é bem-vinda, porém não é o necessário para me manter, cobrindo apenas uma pequena parcela do valor".

Ao analisar esses resultados, verificou-se que a AE contribuiu para a permanência dos alunos, porém com limitações, haja vista que não atendeu, de forma plena, os compromissos financeiros dos discentes. Verificou-se que no período de 2015 a 2019 os auxílios ofertados não tiveram um único reajuste, tornando evidente a defasagem dos valores disponibilizados.

Resultados similares foram encontrados por Brito (2018) ao avaliar a percepção dos discentes sobre a AE da UFRPE. Embora destinados para custear transporte e moradia, muitos discentes utilizavam os auxílios também em outras despesas como internet ou vestuário, sendo às vezes necessário recorrer ao apoio financeiro familiar. Segundo a autora, o não atendimento às despesas básicas estaria condicionado à falta de reajuste dos auxílios, acarretando, em última análise, na perda de seu poder aquisitivo.

Neste contexto, o estudo de Maurício (2015) enfatizou que 61,26% dos bolsistas da UFT consideraram o valor recebido insuficiente para as despesas básicas de formação universitária, razão pela qual muitos discentes recorriam a outras fontes de renda, seja por esforço próprio ou auxílio de familiares.

Quando perguntados se havia pontualidade no pagamento dos auxílios, os participantes, em sua maioria (59,72%), pontuaram que sim, 36,11 % assinalaram pela ocorrência de atrasos, enquanto três discentes optaram por não responder (Tabela 13).

Considerando as afirmações que indicaram haver atrasos, buscou-se junto à administração do campus avaliar os processos de AE dos últimos cinco anos. Constatou-se que, em razão do volume de inscrições e a necessária análise socioeconômica de cada discente, os auxílios referentes aos três primeiros meses letivos foram disponibilizados a partir do mês de abril de cada ano. Verificou-se também que, devido aos trâmites inerentes à administração pública, os valores foram disponibilizados aos discentes com tempo médio de 15 a 20 dias posteriores ao mês devido.

No Ifes campus Santa Tereza, Torezani (2015) constatou que 72% dos participantes afirmaram que o prazo para pagamento dos benefícios seria compatível com seus compromissos, 24% declararam haver atrasos, enquanto para 4% a pontualidade seria forma esporádica. O autor também observou a necessidade do discente em atender as exigências do programa para acesso ao benefício, ressaltando que o pagamento estaria atrelado à disponibilidade de recursos, seguindo um cronograma definido pelo Governo Federal.

Tabela 13 - Respostas surgidas da pergunta: O pagamento dos benefícios é realizado dentro dos prazos que atendam seus compromissos?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Sim	43	59,72
Não	26	36,11
Não respondeu	03	4,17
Total	72	100,

Nessa perspectiva, quando interrogados se o meio utilizado para pagamento seria o mais adequado, os mesmos responderam na quase totalidade (93,05%) que sim, apenas dois alunos discordaram, enquanto três não responderam. Nesse sentido, observou-se que o método para pagamento utilizado pelo campus teria atendido às expectativas dos beneficiários (Tabela 14).

Tabela 14 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: O meio utilizado para efetuar o pagamento é o mais adequado para sua realidade? Por quê?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Sim	67	93,05
Não respondeu	03	4,17
Não	02	2,78
Total	72	100,
Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Praticidade	34	60,71
Confiabilidade	16	28,57
Agência distante	04	7,15
Transparência	02	3,57
Total	56	100,

Continuando com as respostas sobre o meio de pagamento ser o mais adequado., 92,85% dos respondentes destacaram características como praticidade, transparência e

confiabilidade, enquanto 7, 15% alegaram dificuldades de acesso à banco. Essa dificuldade estaria atrelada ao fato de não haver, no distrito de Rive, local onde está situado o campus, um único caixa eletrônico. Essa afirmativa pode ser constatada nas respostas que seguem:

"Prático, apenas ir em Alegre e sacar. Mas falo isso em nome de todos os alunos, precisamos de um caixa eletrônico no distrito de Rive".

"Acho difícil, porque tenho que me deslocar à uma agência distante".

Sendo o depósito em conta um meio usual em operações financeiras, é solicitado que o discente tenha algum domicílio bancário. Resultados semelhantes foram encontrados por Conceição (2017) verificando que 85,42% dos respondentes acessavam o benefício por esse meio, tendo os demais que recorrer ao saque diretamente em agência bancária. Desse modo, o meio utilizado para transferência dos benefícios se mostrou como o que melhor atendia a maioria dos participantes.

Outrossim, sobre a interlocução que aborda a possibilidade de exclusão do programa por desacordo às normas do edital (Tabela 15), a grande maioria (65,28%) dos participantes considerou plausível, enquanto para 27, 78% essa condição não seria aplicável.

Tabela 15 - Respostas e categorias surgidas da pergunta: Você acredita que se não atendesse as normas do edital como frequência, rendimento escolar e disciplina, você seria excluído do programa? Por quê?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Sim	47	65,28
Não	20	27,78
Não respondeu		05
6,94		
Total	72	100,
Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Deveres do aluno	40	85,10
Desconhecimento	03	6,38
Assistência ao estudante	02	4,26
Falta de normas	02	4,26
Total	47	100,

Dando sequência a questão anterior, na visão majoritária dos respondentes seria dever dos alunos atender as normas do edital, conforme os relatos abaixo:

"É o certo, porque não estaria cumprindo o que estaria no edital".

"Acredito que sim, porque esses quesitos são exigidos pelo edital, caso descumpra poderá perder o auxílio".

Porém, dois participantes descreveram que não seriam excluídos da AE, conforme destacado em uma das falas:

"Acho que não seria excluída assim de cara, mas com certeza me chamariam para saber o que está acontecendo".

Percebeu-se no grupo que desconsiderou a possibilidade de exclusão um desconhecimento de itens do edital, especificamente aos que fazem referência aos compromissos do discente, como o Código de Ética e Disciplina do Corpo Discente, assim como ao Regulamento da Organização Didática do Ifes, dentre outros.

Resultados semelhantes foram encontrados por Torezani (2015) no Ifes campus Santa Teresa, ao verificar que 90% dos alunos responderam que a avaliação não afetaria, enquanto 10% responderam que prejudicaria a continuidade no programa. O autor também relata que os discentes concordam com os critérios para continuarem beneficiários. Assim, a conduta de avaliar a disciplina e o rendimento não seriam vistas pela maioria dos educandos como algo prejudicial.

A **quarta e última** seção destacou a percepção dos participantes sobre a gestão da Política de AE no campus. Quando interrogados se preferiam a substituição do auxílio moradia pela residência universitária, 62,50% declararam que não, 34,72% se mostraram favoráveis à mudança, enquanto dois participantes não responderam (Tabela 16).

Os resultados obtidos podem ser justificados pela forma como a maioria dos discentes, advinda de outras localidades, estabeleceu moradia no município de Alegre (sede) e distrito de Rive. Conforme verificado no perfil socioeconômico (Gráfico 9 B), 67,1% dos beneficiados utilizavam república. Devido aos custos de aluguel, bem como alimentação, eletricidade, água e internet, a divisão de despesas constituiu uma alternativa eficiente para utilização do auxílio. Como possibilidades, além do local de moradia, a composição dos moradores seria definida pelos próprios discentes. Estes resultados são similares aos encontrados por Araújo (2016) que descreve que os beneficiários poderiam não apenas escolher a moradia, mas também seus ocupantes. Tais facilidades permitiriam uma adaptação menos traumática ao ambiente universitário.

Cabe ressaltar que o Ifes campus de Alegre possui moradia (alojamento) com capacidade para atender até 80 discentes. Entretanto, sua disponibilidade é voltada exclusivamente para os cursos técnicos integrados ao ensino médio. Desse modo, a oferta do auxílio moradia como alternativa à residência universitária, tem se configurado como estratégia de permanência pela instituição, permitindo que discentes em vulnerabilidade financeira possam dispor de moradia durante a graduação.

Condições semelhantes para acesso à moradia foram observadas por Brito e Barbosa (2017), ao avaliar as estratégias utilizadas por uma unidade acadêmica de uma universidade em Pernambuco.

Tabela 16 - Respostas surgidas da pergunta: Você preferiria que o auxílio-moradia fosse substituído pela oferta de residência universitária (alojamento)?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	45	62,50
Sim	25	34,72
Não respondeu	02	2,78
Total	72	100

Em seguida, foram questionados se consideravam eficiente a forma como o campus utilizava os recursos destinados à assistência estudantil. Conforme observado na tabela 17, a maioria dos participantes (56,94%) avaliou como os recursos foram bem utilizados. No entanto, o alto índice de participantes (43,06%) que discordaram dessa afirmação demonstrou que tais critérios deveriam ser reavaliados pelo campus.

As sugestões dos autores Paixão et al. (2016) ao Ifes Santa Teresa poderiam ser implantadas no campus de Alegre, de modo a dar maior transparência ao uso dos recursos destinados à AE. Desse modo, a promoção de palestras ou ações de integração junto à comunidade externa possibilitariam ao campus maior visibilidade para suas ações, evidenciando a AE como promotora de permanência para o discente com fragilidade financeira.

Tabela 17 - Respostas surgidas da pergunta: Você considera eficiente a forma como os recursos destinados à assistência estudantil é aplicada no campus de Alegre?

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Sim	41	56,94
Não	31	43,06
Total	72	100,

Com o intuito de aprofundar sobre percepção dos beneficiários, foi solicitado que apresentassem sugestões ou críticas no que tange ao programa de AE do campus. Conforme verificado na tabela 18, as categorias Reajuste dos auxílios com 38,03% das sugestões, Maior oferta de vagas com 15,49% e Pontualidade no pagamento com 14,08% evidenciaram o entendimento dos discentes quanto à necessidade de melhorias no programa. As categorias Critérios de avaliação do aluno com 15,49% das sugestões, Comprovação de despesas com 4,23% e Renovação automática do auxílio com 4,23% consideraram como procedente a revisão de normas do edital. Por último, a categoria Satisfeito com 8,45% das falas demonstrou a satisfação de alguns discentes com o programa.

Tabela 18 - Categorias surgidas das sugestões e críticas dos participantes sobre o programa de assistência estudantil do campus de Alegre.

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Reajuste dos auxílios	27	38,03
Maior oferta de vagas	11	15,49
Critérios de avaliação do aluno	11	15,49
Pontualidade no pagamento	10	14,08
Satisfeito	06	8,45
Renovação automática do auxílio	03	4,23
Comprovação de despesa	03	4,23
Total	71	100,

Considerando as falas dos participantes quanto à necessidade de reajuste dos auxílios, verificou-se que os valores praticados pelo campus em seu programa de AE foram os mesmos desde o primeiro edital em 2013. Analisando os índices oficiais de inflação como IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) da Fundação Getúlio Vargas; INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constatou-se que a defasagem acumulada desde 2014 até 2019 estaria entre 31,43 % e 34, 11 %.

Sobre a necessidade de ampliação do número de vagas, verificou-se que os auxílios disponibilizados pelos editais no período de 2015 a 2019 permitiram atender 73,15% dos inscritos no programa de auxílio moradia, 58, 92% dos inscritos no auxílio transporte e 70, 18% dos inscritos no auxílio alimentação.

Outra crítica apresentada pelos participantes destacou a ocorrência de atrasos no pagamento dos auxílios. Conforme descrito anteriormente, a pontualidade nos pagamentos estaria condicionada ao tempo de entrega dos referidos processos ao departamento financeiro do campus, assim como dos recursos financeiros disponíveis.

Nesse sentido, os apontamentos destacados se assemelham aos de Conceição (2017) e Estrada e Radaelli (2017). Os mesmos autores relatam que os discentes assistidos pela AE foram enfáticos em exigir políticas públicas que contribuíssem para a permanência e qualidade dos estudos, avultando como necessários uma ampliação na oferta de vagas, reajuste dos auxílios, novas modalidades de benefícios, ampliação do período de recebimento e pontualidade nos pagamentos, novos requisitos para acesso ao programa e maior controle para sua concessão.

Considerando que uma expressiva parcela dos benefícios é disponibilizada na forma de pecúnia, faz-se necessário que a mesma corresponda às necessidades básicas de subsistência de seus usuários. Não menos importante, a limitação de vagas impede que parte dos discentes tenha acesso aos benefícios, caracterizando o aspecto excludente do programa. Quanto à ocorrência de atrasos, caberia ao campus redefinir a movimentação interna de seus processos, de modo a permitir maior celeridade aos pagamentos. No entanto, deve-se ressaltar que a disponibilidade financeira necessária é condição que ultrapassa a esfera do campus e do próprio Ifes.

Respostas associadas à categoria Reajuste dos auxílios:

“Acho que deveria ter um aumento desses valores, pois os gastos com aluguel, água, luz e transporte são superiores ao ofertado”.

“O valor do auxílio deveria ser reajustado, pois os valores do aluguel e transporte estão elevados e dificultam a permanência de alguns alunos na graduação”.

“Deveria analisar os valores, principalmente o auxílio moradia, acredito que para muitos o valor de R\$ 100,00 é pouco”.

Respostas associadas à categoria Maior oferta de vagas:

“Uma sugestão é ter mais vagas para auxílio alimentação, pois muitos alunos que necessitam e ficam o dia inteiro no Ifes não conseguem”.

“Mesmo que seja um pouco para cada, eu acredito que ajuda muito, pois todos têm gastos e alguns até passam por dificuldades maiores. Minha sugestão seria a equidade”.

“O número de beneficiados poderia ser maior. O auxílio alimentação poderia contemplar alunos com 50% de desconto no valor da refeição”.

Respostas associadas à categoria Pontualidade no pagamento:

“O atraso nos pagamentos às vezes é frequente”.

“Deveriam manter as mesmas datas de pagamento durante todos os meses”.

“Deveriam evitar atrasos no pagamento” (F.A.L.B., novembro de 2019).

“Melhorar em relação as datas de pagamento do auxílio moradia”.

Sobre as argumentações que justificariam uma necessária revisão nas normas do edital, foram feitas as seguintes ponderações:

A Resolução 19/2011 do Conselho Superior do Ifes estabelece que as ações desenvolvidas para A E devem ocorrer de maneira descentralizada, observando-se a autonomia de cada campus.

Na elaboração dos editais são observadas informações como período de inscrição, requisitos e documentos necessários, além dos compromissos dos discentes selecionados para o programa.

O processo de seleção dos discentes é realizado por Assistente Social do campus ou profissional contratado, considerando-se os seguintes aspectos: a) estudo social; b) comprovação de requisitos preestabelecidos para o discente; c) visita domiciliar, caso necessário.

A condição de vulnerabilidade social é estabelecida por análise das informações prestadas no ato da entrevista ou no decorrer do programa, atribuindo-se ao discente ou seus responsáveis legais a veracidade por tais informações.

Pressupõe-se, portanto, em um processo conduzido com total lisura, pautado no atendimento aos discentes, sobretudo daqueles com significativa dificuldade financeira.

Nesse contexto, as críticas ao programa seriam justificadas pela ausência da participação discente na construção e condução do programa.

O FIAE (Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil) é o responsável pela elaboração da política de AE do Ifes, ao qual compete acompanhar sua implementação, devendo avaliá-la e também reformulá-la quando necessário. Sua composição admite a participação de Assistentes Sociais, profissionais de Enfermagem, Psicólogos, Médicos, Odontólogos, Nutricionistas e Coordenadores da Assistência Estudantil, mas não inclui qualquer representação discente.

Sendo uma política pública em prol dos discentes, entendemos que tais atores não deveriam ser meramente sujeitos beneficiários, mas que lhes fosse permitido atuar ativamente para a construção de uma AE mais justa e democrática. No caminho oposto, algumas instituições admitem a participação discente no planejamento e condução de seus programas de AE. Nesse sentido, além de uma total transparência, as ações seriam desenvolvidas de maneira participativa, envolvendo toda a comunidade acadêmica.

De maneira similar, Dumaresq (2014) evidenciou a importância de se conduzir o discente assistido à condição de protagonista no planejamento e avaliação de tais programas. Para tanto, deve a política de assistência estudantil promover e implementar ações que conduzam à participação ativa dos estudantes.

Contudo, conforme pesquisa de Conceição (2017), a quase totalidade dos respondentes afirmou desconhecer o Fórum e suas finalidades, além de considerá-lo pouco representativo.

Apesar disso, muitos reconheceram sua importância. Para a autora, seu mérito estaria em possibilitar ao discente maior entendimento sobre a AE, bem como a real dimensão de seus direitos. Para tanto, caberia à instituição promover uma melhor divulgação de seu programa.

Respostas associadas à categoria Critérios para avaliação do aluno:

“Rever o método de avaliação para beneficiar os alunos, pois muitos com ótimas condições financeiras fazem uso do auxílio”.

“Analisar melhor os processos e dar prioridade para os cursos em tempo integral, além de analisar melhor a renda familiar”.

“Acredito que deveria haver um filtro de pessoas que possuem condições financeiras das que não possuem, pois vejo muitas pessoas que precisariam do recurso, porém não recebem porque outras pessoas que tem condições já estão ocupando a vaga”.

Respostas associadas à categoria Comprovação de despesas:

“Se o aluno comprovar que vem de outra cidade, não haveria necessidade de comprovar os gastos todos os meses”.

“Uma sugestão seria em relação à comprovação mensal dos auxílios. Acredito que essa comprovação deveria ser realizada anualmente como em outras instituições”.

Respostas associadas à categoria Renovação automática do benefício:

“Os alunos que já recebem os auxílios em um ano, poderiam permanecer com ele no ano seguinte”.

“Para quem conseguiu o auxílio em um ano, deveria ser para todo o curso, pois às vezes necessita todo o ano e não consegue”.

Um último aspecto observado na fala dos discentes resultou na categoria satisfeito. Abaixo alguns destaques:

“O auxílio estudantil está ocorrendo muito bem”.

“O programa do campus atende minhas expectativas”.

“Apesar de o auxílio moradia ser relativamente baixo, a assistência está de parabéns”.

“Estou satisfeito com a assistência estudantil”.

Os relatos permitiram identificar determinado grau de satisfação, sugerindo que os auxílios teriam contribuído para melhoria das condições socioeconômicas dos discentes, favorecendo para sua continuidade na graduação”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa pesquisa foi possível verificar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto 7.234/2010 e executado no âmbito do Ministério da Educação personifica as inúmeras conquistas em prol da permanência de jovens socialmente vulneráveis, inseridos na educação superior pública federal. Contudo, é necessário ressaltar que o decreto não resultou na destinação de recursos específicos ao programa, apenas a possibilidade de realocar parte do orçamento público preestabelecido para a educação. Percebe-se, portanto, relativa fragilidade no dispositivo enquanto garantidor dos direitos nele estabelecidos.

Desde sua implantação, tem sido defendida por pesquisadores e representantes do poder público a necessidade de se transformar o referido decreto em lei. As argumentações seriam que as desigualdades, sobretudo na educação, deveriam ser combatidas por leis específicas. No entanto, nenhum dos projetos trazidos para debate ao longo de uma década resultou na referida lei.

Ao refletir sobre estes aspectos que garantem os direitos à educação e o combate às desigualdades, fez-se necessário investigar a percepção dos discentes beneficiários dos cursos de Graduação sobre os programas de AE desenvolvidos no Ifes campus de Alegre.

No tocante ao direito de acesso, o desenho socioeconômico evidenciou uma total simetria entre o público assistido e os critérios estabelecidos pelo PNAES e pelo Ifes para concessão dos benefícios. Os discentes beneficiários concentram-se em idades entre 18 a 26 anos, são oriundos de escolas públicas, sendo a maioria do sexo feminino, que não exercem atividade remunerada e possuem renda per capita de até meio salário mínimo, caracterizando um possível cenário de pobreza. Quanto ao lugar de origem, a predominância dos discentes é o estado do Espírito Santo e que almejam ter um curso superior.

Para que isso ocorra, muitos necessitam do auxílio moradia por não terem condições de custear aluguel com recursos próprios, além do auxílio transporte atender aos residentes de municípios circunvizinhos. A oferta de alimentação gratuita é igualmente necessária, uma vez que muito discentes permanecem no campus em período integral.

Em relação aos cursos superiores, foi verificada uma equivalência em diversos aspectos do perfil, exceto para sexo e renda. O curso de LCBIO, além de ser constituído majoritariamente pelo público feminino também possui, juntamente ao CAFÉ, as duas menores faixas de renda per capita. Desse modo, os alunos são necessariamente dependentes de seus familiares, ficando evidente a importância da AE.

Conhecer o perfil socioeconômico nos permite entender a relevância das ações da AE para a vida acadêmica dos discentes. Nesse sentido, o campus de Alegre vem cumprindo seu relevante papel em oferecer condições que contribuam para a permanência durante a graduação. Além dos programas característicos à AE, também é oportunizado aos discentes a participação em programas como bolsas de iniciação científica e monitorias, os quais, além de contribuírem para o aprendizado se configuram como importante aporte financeiro. Tais benefícios poderiam ser mais efetivos não fosse o congelamento de recursos destinados à educação, caracterizando na precarização do programa além de inviabilizar o planejamento de novas ações.

Assim como os programas que democratizam o acesso à educação superior, são necessárias ações que oportunizem condições de permanência. Desse modo, a AE desempenha um importante papel em reduzir desigualdades sociais, possibilitando ao discente desprovido de recursos um ensino mais igualitário.

Quanto à análise das percepções, os resultados evidenciaram as fragilidades do programa que demandam melhorias, assim como os efeitos positivos da AE na vida acadêmica

dos discentes. Também foi possível avaliar o grau de conhecimento dos discentes sobre os diversos aspectos dos programas desenvolvidos no campus.

Através das falas dos participantes, ficam evidentes as limitações do programa ao se observar a necessidade de reajuste nos valores dos auxílios, a ampliação do número de discentes atendidos, a renovação automática do benefício, assim como uma revisão nas normas dos editais para concessão dos benefícios. Também foi expressivo o número de discentes favoráveis à oferta de residência universitária no lugar do auxílio moradia, contudo, tal benefício é disponibilizado somente aos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

É importante ressaltar que algumas melhorias não dependem somente da intervenção do campus, mas de um engajamento social e político que promova o fortalecimento da AE, permitindo que um maior volume de recursos seja destinado ao programa, minimizando ainda mais a desigualdade social entre os discentes.

Ainda que limitada, a transferência de recursos conseguiu atender as necessidades básicas dos beneficiários, promovendo melhorias das condições econômicas e sociais, incentivando os estudos e contribuindo de forma significativa para a permanência na graduação. Apesar da ênfase sobre o aspecto financeiro, os discentes relataram que a AE também foi benéfica para a autoestima além de estreitar o contato familiar.

Ciente que o cuidado assistencial deve ser levado além do repasse de renda, o campus possui setor constituído por Psicólogo, Assistente Social e Pedagogos, responsáveis pelo acompanhamento psicossocial dos discentes.

Embora não tenha sido objeto de debate dessa pesquisa, toma-se relevante destacar o compromisso social e inclusivo do campus, sobretudo ao promover o atendimento aos discentes com necessidades específicas de aprendizado, tais como: alunos com deficiência física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades e superdotação.

Sobre a decisão de permanência, a pesquisa identificou uma dicotomia entre os participantes. Para determinado grupo, a falta do benefício inevitavelmente os levaria a desistir do curso, enquanto outros discentes, por considerarem a graduação como única possibilidade de ascensão social, não evadiriam dos estudos.

Quanto à influência da AE no desempenho acadêmico, apesar de as respostas de alguns discentes sugerirem essa possibilidade, optamos por não considerar tais resultados. Como justificativa, entendemos que o processo de aprendizagem, o desempenho acadêmico e até mesmo a decisão por permanecer no curso são influenciados por fatores de ordem contextual, social, pessoal, assim como o espaço acadêmico no qual o discente está inserido, aspectos estes não contemplados nos objetivos desta pesquisa.

Apesar de estarem inseridos em um programa que busca minimizar as desigualdades na educação, a fração majoritária dos participantes compreende a AE como ajuda ou "boa ação" do campus aos alunos mais carentes. Tal entendimento nos pareceu devido ao desconhecimento de muitos sobre os dispositivos que regem a política de AE, além de tê-la sugerido como apoio financeiro, ignorando sua condição enquanto direito. Desse modo, para que ocorra o fortalecimento da AE é fundamental que os beneficiários do programa a percebam como uma conquista que deve ser continuamente renovada.

Dentre as questões consideradas fragilidades do programa, daremos especial destaque à "falta de voz" dos discentes nos debates sobre a AE no âmbito do Ifes. Em nosso entendimento, muitas das críticas ao programa, o desconhecimento de alguns aspectos e até mesmo a visão distorcida da AE devem-se à exclusão do discente das discussões sobre o processo de construção da AE do Ifes. Portanto, é essencial que a participação do discente não

fique restrita à condição de assistido, mas de atuante na consolidação de uma AE justa e inclusiva, com o envolvimento de toda comunidade acadêmica.

Mediante as considerações apresentadas, esperamos que esta pesquisa possa auxiliar ao campus no aprimoramento de ações acerca da AE, assim como estimular para que demais estudos sejam desenvolvidos, trazendo maiores avanços que contribuam para o fortalecimento de tal política em prol dos discentes. Combater as desigualdades é uma tarefa árdua e contínua, sendo necessário o comprometimento de muitos.

9 REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 180, 2017.
- ALMEIDA, J. C. **Avaliação da Implantação do PNAES-Programa nacional de Assistência Estudantil da UFPR: impacto e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica**. (Dissertação de Mestrado) Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI, p. 138, 2013.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da Política de Assistência Estudantil: Relação com Desempenho Acadêmico, Permanência e Desenvolvimento Psicossocial de Universitários. **Avaliação** Campinas, Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.
- AMORIM, Mônica Maria Teixeira. **A Organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Conjunto da Educação Profissional Brasileira**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, p. 247, 2013.
- ANGELIM, I. C. S. **A Construção do Público pelo Público no Universo das Políticas Públicas de Assistência Estudantil: O caso da câmara de assistência estudantil (CAE) na Universidade Federal do Vale do São Francisco**. UFBA- Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.
- ARAÚJO, Anne Caroline Costa. **A percepção discente sobre a Residência Universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 94, 2016.
- ARAÚJO, S. A. L. ; ALEXANDRE, J. W. C. . **Assistência estudantil entre textos e contextos**. In: Maxweel Veras Rodrigues; Sueli Maria de Araújo Cavalcante. (Org.). Políticas públicas e gestão da educação superior: integrando saberes. 1 ed. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária/UFC, 2018, v., p. 119-138.
- BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. "Não havia outra saída": percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF** (Impr.), Itatiba, v. 14, n. 1, Abr. 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Andreia. A mulher no Ensino Superior - Distribuição e Representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 2014.
- BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J.M.S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BRANDÃO SOBRINHO, O. Política de Assistência Social: A Assistência Estudantil no Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - 1990 a 2012. XIII ENPESS. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora. 2012.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12 ed. Porto: Porto, 2003.

BRASIL. Anexo da Resolução do Conselho Superior no 20/2011, de 09.05.2011-REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM INTERDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFES.

_____. Anexo da Resolução do Conselho Superior no 19/2011, de 09.05.2011-Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, diretrizes que compõem a Política de Assistência Estudantil no âmbito institucional.

_____. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 30 de outubro de 2020.

_____. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25.04.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 17 de abril de 1997.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES, 2010. **Diário Oficial da União**, 20 jul. 2010.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**. 25 abr. 2007.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996 .

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jun. 2014, Edição extra, Seção 1.:

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **MEC/SECADI**. Brasília, DF, 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/11_O_172.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em 8 de janeiro de 2019

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 8 de janeiro de 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Tecnológica. Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Alegre (ES). Brasília, 1992.

_____. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Gestão 2007 /2008. Disponível em: <http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Assist%C3%A2nciaEstudantil-ANDIFES.pdf>. Acesso em 04/08/2018.

_____. RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 19/2011, DE 09 DE MAIO DE 2011-Aprovar a Política de Assistência Estudantil do Ifes, Anexo I desta Resolução.

_____. RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 20/2011, DE 09 DE MAIO DE 2011, Aprovar o Regimento Interno do Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil do Ifes, Anexo I desta Resolução.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CEB no 04/99, de 5 de outubro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 nov. 1999.

BRITO, Lilian da Silva. **Programa de Assistência Estudantil na UFRPE: percepção dos discentes beneficiários**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 125, 2018.

BRITO, L. S.; BARBOSA, A. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n. 1, 2017.

CAMPELLO, Ana Margarida. "Cefetização" das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. **Educação & Tecnologia**, v. 12, n. 1, 2011.

CAVALHEIRO, J. S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, RS, 2013.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JR, James William. "A incorporação do proletariado à sociedade moderna": a Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). **Varia Historia**, v. 28, n. 4 7, p. 319-340, 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CONCEIÇÃO, Leyde Lelma Vieira da. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Percepção de Discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-campus Conceição do Araguaia-P A**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, p.64, 2017.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de política públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, v.2, n.2. 2012. Disponível em: <<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revistal/article/view/24>>. Acesso em 03 de outubro de 2020.

CORREIO, Larissa Cavalcanti de Albuquerque. Assistência Estudantil na Política de Educação Superior no Brasil **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, vol. 4, n. 2, p. 44-63, Abril-Junho, 2018.

COSTA, S. G **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 201 O.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofício nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CUNHA, I. V. A. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas**. 156 folhas: Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.

DUMARESQ, Zandra Maria Mendes. **Análise da Política de Assistência Estudantil no Âmbito do Instituto Federal do Ceará -campus de Fortaleza Sob o Olhar dos Discentes**. (Dissertação de Mestrado) -Universidade Federal do Ceará -Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, p. 118, 2014.

DUTRA, N.GR.; SANTOS, M.F.S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, 2017.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública; a perspectiva estudantil. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 16, feb. 201 7.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005.

FARO, A. **Os desafios da assistência estudantil como política de inclusão**. Art. 12/11/2008. Disponível em:

<http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=comcontent&view=article&=54:os-desafios-da-assistenciaestudantil-como-politica-deinclusao&catid=1:ultimasnoticias&itemid=50>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: **Alfa-Ômega**, 1975.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários**. Plano Nacional de Assistência Estudantil. 2007.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2008.

FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

FONAPRACE/ANDIFES. **II Pesquisa Nacional do PertU das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil -um mapeamento de capacidades e instrumentos**. Brasília: ANDIFES, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERMIDA, J. F. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001. **Educar**. Rev. nº 27 Curitiba, 2006.

IMPERIATORI, T.K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

KOWALSKI, A.V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese. UFRRJ. Porto Alegre, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LORENZONI, Janete Cordeiro et ai. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Proposta de Formação Continuada aos Servidores do IFFAR. **Ciências Humanas**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 15, n.2, p.634-652, 2018.

MACEDO, J. C.; ABRANCHES, A. F. P. S. Política de Assistência Estudantil: repercussões sobre a sua contribuição. **Jornal de Políticas Educacionais**, v.12, n.10. 2018.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. Programa bolsa permanência: Percepção dos alunos beneficiários da universidade federal do Tocantins, campus de Araguaína. **Revista científica do ITPAC.Araguaína**, v. 8, n. 2, p. 1-13, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde /Maria Cecília de Souza Minayo. 12. ed. -São Paulo: Hucitec, 2010.

MOROSINI, M. C.; CASARTELLI, A. O.; SILVA, A. C. B.; SANTOS, B. S.; SCHMITT, R. E.; GESSINGER, R. M. A evasão na educação superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: Conferencia Latino Americana sobre el Abandono em la Educación Superior, 1., 2011, Managua. **Anais ...** Madrid: Opto. de Publicaciones de la E.U.I.T. de Telecomunicación, 2012. p. 65-73.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma análise das Ações de Assistência no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Sergipe -Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, p.153, 2014.

NASCIMENTO, Clara Martins. Elementos Conceituais Para Pensar a Política de Assistência Estudantil na Atualidade. In: Andifes (Org.). **Fonaprace: Revista Comemorativa 25 Anos: Histórias, Memórias e Múltiplos Olhares**, Uberlândia, p. 147-157, 2012.

NETA, OM Medeiros; NASCIMENTO, José M.; RODRIGUES, Andrea GF. Uma escola para aprendizes artífices e o ensino profissional primário gratuito. **BOLOS**, v. 2, p. 96-104, 2012.

NUNES, R. S. R.; VELOSO T. C. M. A. A assistência estudantil na universidade federal de mato grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados. Seminário Nacional Universitas, 24., Maringá, PR. **Anais ...** Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_5/5-002.pdf>. Acesso em 7 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA, C.L. Um apanhado Teórico-Conceituai Sobre a Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e Características. **Travessias**, Paraná, 4. ed. 2009.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; DOMINGOS SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**, p. 15-31, 2012.

PACHECO, Eliéser. Institutos Federais uma revolução profissional e tecnológica. Brasília: **Moderna**, 2011.

PAIVA, Francisco Da Silva. Ensino técnico: uma breve história. **Revista Húmus**, v. 3, n. 8, 2013.

PAIXÃO, M. V. S., TOREZANI, S. R., GONÇALVES, S. M. M., & BOZETTI, M. A percepção de discentes do IFES-Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, 8(16), 100-112. 2016.

PALAVEZZINI, Juliana; ALVES, Jolinda de Moraes; Assistência Estudantil nas Universidades Federais: O Orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) Garante a Permanência do Estudante? In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Anais. Londrina. 2019.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local. **Luiz Augusto Caldas Pereira**, 2003.

PEREIRA, Bernardeth Maria. **Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET-MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942)**. 2008.

PEREIRA, Bernadeth Maria. A Educação Escolarizada Para o Trabalho no Início do Século XX: As Escolas de Aprendizes Artífices. **Encontro Regional (ANPUH-MG) Dimensões do Poder na História**, v. 28, 2012.

POERNER, A. J. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. **Rev. ampl.** Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REGATIERI, M., & CASTRO, J. M. Ensino médio e educação profissional: desafios da integração. Brasília: UNESCO, 2010.

ROSA, Chaiane de Medeiros. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: criação e expansão. **Piores Humanidades**, v. 18, n. 2, 2017.

SANTOS, Dyane .. Brito. Reis. **Para Além das Cotas: Permanência de Estudantes Negros no Ensino Superior Como Política de Ação Afirmativa**. {Tese de Doutorado em Educação} _ Universidade Federal da Bahia. Salvador. p. 214, 2009.

SILVA, C. J. R. (org.) **Institutos Federais lei 11.892**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. Disponível em:
file:///C:/Users/assistência/Downloads/lei_11892_08_if_comentadafinal.pdf.

SOARES, Manoel de Jesus Araújo. As Escolas de Aprendizes Artífices e suas fontes inspiradoras. In: **Fórum Educacional**. 1981. p. 69-77.

SOBRAL, Francisco José. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 78-95, 2009.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida das de. **Na travessia: assistência estudantil na educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação**. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília, UnB, Brasília. P. 190. 2017.

SUEHIRO Adriana Cristina Boulhoca. Autoconceito e Desempenho Acadêmico em Alunos de Psicologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 44, p. 55-64, Jan./mar. 2006.

TOREZANI Sival Roque. **A percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - campus Santa Teresa sobre Assistência Estudantil**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, p.94, 2015.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional a Assistência Estudantil: uma análise de evolução da Assistência Estudantil ao longo da história de Educação Superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v.2, nº . 3, p. 399-411, 2010.

VISQUETTI, Carminha Aparecida. **Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/não permanência dos educandos do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás. Goiânia. p. 167, 2018.

ZIKMUND, W. G **Business research methods.** 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

10 ANEXOS

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Assistência Estudantil: Percepção dos Discentes dos Cursos de Graduação do Ifes -campus de Alegre.

Pesquisadores responsáveis:

Mestrando: Sandro José Abreu Rodrigues

Orientadora: Professora Doutora Silvia Maria Melo Gonçalves

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Este documento, chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Objetivos e benefícios:

Esta pesquisa tem como principal objetivo avaliar a percepção dos discentes beneficiados com os programas de Assistência Estudantil, assim como delinear seus efeitos em suas vidas acadêmicas, enquanto estudantes de Cursos de Graduação do Ifes campus de Alegre.

Para o desenvolvimento da pesquisa será realizada aplicação de questionário aos discentes maiores de 18 anos dos Cursos de Graduação do Ifes campus de Alegre, beneficiados com os auxílios moradia, transporte e alimentação. A partir da análise e interpretação dos dados, espera-se identificar as necessidades socioeconômicas dos discentes do Ensino Superior do Ifes campus de Alegre, de acordo com a percepção dos mesmos, em relação aos programas de Assistência Estudantil ofertados pelo campus.

Procedimentos:

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário, contendo perguntas formuladas que abordam o tema mencionado. A estimativa de tempo para as respostas é em tomo de 30 minutos.

Desconfortos e riscos:

Você não deve participar desta pesquisa se tiver menos de 18 anos de idade. De acordo com as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/2016, este estudo se encaixa em uma pesquisa com risco mínimo, que são registros de dados de indivíduos ou grupos, nos quais não se manipulará a conduta destes, pois será proporcionado um ambiente que reduza constrangimentos, como também esclarecimentos detalhados sobre o intuito e objetivos da pesquisa.

Benefícios:

A pesquisa em questão poderá trazer os seguintes benefícios: Após a identificação das percepções dos discentes em relação aos programas de Assistência Estudantil, o campus terá um estudo das reais necessidades socioeconômicas dos educandos, podendo implementar ações que ofereçam maior eficiência e eficácia para a permanência dos estudantes do ensino superior.

Acesso às informações:

Como participante da pesquisa, você poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, seja antes, durante e depois de sua participação. Conforme Art. 17, VI, da Resolução CNS nº 510/2016.

Você receberá uma via assinada do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), assim como poderá ter acesso ao referido documento sempre que solicitar. Conforme Art. 17, X, da Resolução CNS nº 510/2016.

Sigilo e privacidade:

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, sendo que os resultados poderão ser divulgados em eventos ou por meio de publicações científicas. Como garantia de privacidade, seu nome não será mencionado. Os questionários serão mantidos em sigilo, permanecendo sob a guarda e responsabilidade do pesquisador durante o período de 05 (cinco) anos.

Ressarcimento e indenização:

Não haverá nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação. No entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido(a). Conforme Art. 17, VII, da Resolução CNS nº 510/2016.

Sobre o Comitê de Ética em Pesquisa do Ifes

O Comitê de Ética em Pesquisa do Ifes (CEP/Ifes) instituído pela Resolução CEPE 07/2007 é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa identificar, analisar, avaliar e divulgar os princípios éticos das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Dentre suas finalidades estão: defender os interesses do participante da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos científicos; encarregar-se da avaliação ética de qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos, realizado com a participação de pesquisadores do Ifes, ou que tenham o Ifes como campo de pesquisa; emitir Pareceres Consubstanciados sobre os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, considerando as possíveis consequências de tais atividades sobre o bem-estar geral e direitos fundamentais dos indivíduos e das populações humanas; divulgar normas relativas à ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Conforme Art. 17, IX, da Resolução CNS nº 510/2016.

Contato

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos -CEP
Av. Rio Branco, nº 50 - Santa Lúcia - Vitória - ES – CEP: 29056-255
Telefone: 27 3357-7518

E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br
Pesquisador: Sandro José Abreu Rodrigues
Rua Carlos de Oliveira, 26 -Charqueada
Alegre-ES -CEP 29500-000
Telefone: 28 99981-0655
E-mail: sjarodrigues@ifes.edu.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro receber uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Participante: _____
Telefone (opcional): _____
E-mail (opcional): _____

Assinatura do(a) participante

Data: ____/____/____

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 CNS para a elaboração deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Sandro José Abreu Rodrigues
Pesquisador

Apêndice B – Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

QUESTIONÁRIO

Caro(a) aluno(a),

Este questionário destina-se a levantar dados a respeito do entendimento dos discentes dos Cursos de Graduação do Ifes campus de Alegre sobre a política de assistência estudantil e como os programas da referida política tem atuado na trajetória acadêmica dos estudantes contemplados. Os dados coletados serão posteriormente tabulados e analisados para subsidiar a proposição de sugestões que contribuam para a melhoria do desempenho do referido Programa. A presente pesquisa será desenvolvida como parte das exigências do curso de Mestrado em Educação Agrícola oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Doutora Silvia Maria Melo Gonçalves.

QUESTIONÁRIO

Informações sobre o aluno:

1.1) Nome: _____ Idade: _____

1.2) Curso: _____ Período: _____

1.3) Seu município: _____ Estado: _____

1.4) Assinale o(s) benefício(s) que você recebe como Assistência Estudantil e o período(s) de contemplação do(s) mesmo(s):

Moradia: 2015 2016 2017 2018 2019

Transporte: 2015 2016 2017 2018 2019

Alimentação: 2015 2016 2017 2018 2019

2) Quanto ao Programa Nacional de Assistência Estudantil:

2.1) Você conhece o Decreto (7.234/2010) que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Brasil?

Sim Não

2.2) Você conhece a Resolução do Conselho Superior (19/2011), que regulamenta a Assistência Estudantil no âmbito do Ifes?

Sim Não

2.3) Em sua opinião, qual é o objetivo do Programa de Assistência Estudantil desenvolvido no campus de Alegre?

2.4) Considerando as opções abaixo, que conceito você atribui ao Programa ofertado pelo campus de Alegre?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

3) Quanto à contribuição da Assistência Estudantil para o desempenho acadêmico e a permanência do estudante no curso:

3.1) O(s) benefícios que você recebeu contribuíram para que você tivesse um desempenho acadêmico satisfatório?

Sim, contribuiu significativamente Não contribuem

Sim, contribuiu parcialmente

Por quê?

3.2) Como ficou o seu desempenho acadêmico após seu ingresso no programa de assistência estudantil?

- Melhorou Se manteve
 Piorou

3.3) O(s) benefício(s) que você recebeu contribuíram para sua permanência no curso?

- Sim, contribuiu significativamente Não contribuiu
 Sim, contribuiu parcialmente

Por quê?

3.4) Se você não estivesse no programa, teria saído do curso?

- Sim Não

4) Quanto à oferta dos benefícios de auxílios moradia e transporte:

4.1) Os valores dos auxílios ofertados são suficientes para atender satisfatoriamente as suas despesas com moradia e transporte?

- Sim Não

Por quê?

4.2) o pagamento dos benefícios é realizado dentro dos prazos que atendam seus compromissos?

- Sim Não

Por quê?

4.3) O meio utilizado para efetuar o pagamento é o mais adequado para sua realidade?

- Sim Não

Por quê?

4.4) Você acredita que se não atendesse as normas do edital como frequência, rendimento escolar e disciplina, você seria excluído do programa.

- Sim Não

Por quê?

5) Quanto à sua percepção sobre a gestão da política de assistência estudantil no campus:

5.1) Você preferiria que o auxílio-moradia fosse substituído pela oferta de residência universitária (alojamento)?

Sim Não

5.2) Você considera eficiente a forma como os recursos destinados à assistência estudantil é aplicada no campus de Alegre?

Sim Não

6) No espaço abaixo você poderá fazer sugestões ou críticas sobre a política de assistência estudantil.

Agradecemos sua participação.

Adaptado de: Torezani (2015) e Conceição (2017).

11 ANEXOS

Anexo A - Carta de Anuência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS DE ALEGRE
Rodovia Cachoeiro – Alegre, Km 47 – Rive - 29500.000 – Alegre – ES
28 3584-1818

CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Assistência Estudantil: Percepção dos Discentes dos Cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus de Alegre**”, sob a responsabilidade do pesquisador **Sandro José Abreu Rodrigues**, aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ sob orientação da Professora Dr^a **Sílvia Maria Melo Gonçalves**, a ser realizada com alunos dos Cursos de Graduação do Campus de Alegre, em conformidade com os objetivos e metodologias previamente apresentados.

Como representante do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Alegre, estou ciente das corresponsabilidades associadas ao projeto de pesquisa no compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos participantes recrutados Declaro ainda estar ciente da autonomia de cada indivíduo em aceitar ou recusar a participar da pesquisa, independente da anuência que apresento.

Esta autorização está condicionada à aprovação da pesquisa elencada acima por um **Comitê de Ética em Pesquisa** legalmente instituído, como forma de resguardar o cumprimento das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/CNS, e suas complementares.

O cumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

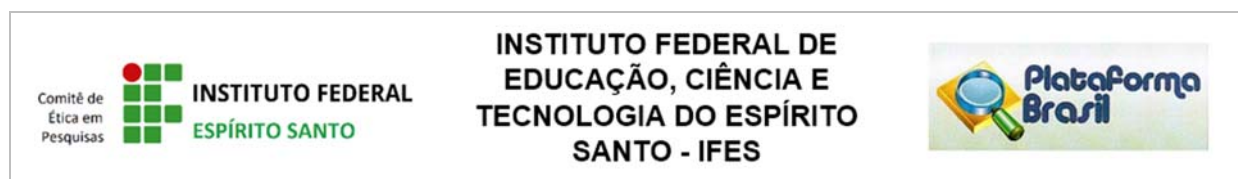
Alegre, 01 de agosto de 2010.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Valdete Santos Tanure'.

Maria Valdete Santos Tanure

Diretora Geral

Anexo B – Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Assistência Estudantil: Percepção dos Discentes dos Cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo - campus de Alegre

Pesquisador: SANDRO JOSE ABREU RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 17534119.5.0000.5072

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.654.694

Apresentação do Projeto:

O projeto "Assistência Estudantil: Percepção dos Discentes dos Cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo - campus de Alegre" refere-se a uma pesquisa qualitativa a ser desenvolvida junto aos estudantes de graduação beneficiários dos auxílios moradia e transporte, do Ifes - campus de Alegre.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar a percepção dos discentes beneficiários dos Cursos de Graduação do Ifes Campus de Alegre, sobre a assistência estudantil.

Objetivos Secundários:

Verificar a percepção dos discentes dos cursos de graduação em relação aos programas da assistência estudantil; analisar o perfil socioeconômico dos discentes dos Cursos de Graduação do Ifes campus de Alegre; investigar, na perspectiva dos participantes, os efeitos da assistência estudantil em sua vida acadêmica, nos Cursos de Graduação do Ifes Campus de Alegre.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos inerentes aos participantes da pesquisa são mínimos, podendo estar relacionados a constrangimento ou desconforto ao preencher determinadas questões. Dessa forma, caso ocorra.

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50

Bairro: Santa Lúcia

UF: ES

Telefone: (27) 3357-7518

CEP: 29.056-255

Município: VITORIA

Fax: (27)3331-2203

E-mail: etica.pesquisa@1fes.edu.br

Continuação do Parecer: 3.654.694

O participante poderá, a qualquer momento, se excluir de participar da pesquisa, sem quaisquer formas de prejuízo ou danos que possa vir a sofrer.

Após a identificação das percepções dos discentes em relação aos programas de Assistência Estudantil, o campus terá um estudo das reais necessidades socioeconômicas dos educandos, podendo implementar ações que ofereçam maior eficiência e eficácia para a permanência dos estudantes do ensino superior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem referencial teórico consistente e apresenta relevância para a temática abordada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos obrigatórios, e a folha de rosto foi retificada conforme orientado anteriormente.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências anteriormente listadas foram atendidas, dessa forma o projeto foi aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO 1393978.pdf	12/09/2019 00:12:17		Aceito
Outros	Qualificacao_Mestrado.pdf	12/09/2019 00:10:00	SANDRO JOSE ABREU	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE / Termos de Termo_ de_ Consentimento.pdf	12/09/2019 00:08:41	SANDRO JOSE ABREU RODRIGUES	Aceito
Projeto Detalhado/ Brochura Investigador	Projeto_de_Mestrado.pdf	12/09/2019 00:07:41	SANDRO JOSE ABREU RODRIGUES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	12/09/2019 00:06:52	SANDRO JOSE ABREU	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	12/09/2019 00:06:26	SANDRO JOSE ABREU	Aceito

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50
Bairro: Santa Lúcia
UF: ES
Telefone: (27) 3357-7518

CEP: 29.056-255
Município: VITÓRIA
Fax: (27)3331-2203

E-mail: etica.pesquisa@1fes.edu.br

Continuação do Parecer: 3.654.694

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 22 de Outubro de 2019

Assinado por:
Felipe Morais Addum
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50

Bairro: Santa Lúcia

UF: ES

Telefone: (27) 3357-7518

CEP: 29.056-255

Município: VITÓRIA

Fax: (27)3331-2203

E-mail: etica.pesquisa@1fes.edu.br